



PANORAMA MACROECONÓMICO

IIº Trimestre de 2020

Índice

▪ Sumário executivo	Pág. I
▪ 1. Contexto Internacional	Pág. 1
▪ 2. Economia Real	Pág. 3
2.1. Sector Petrolífero	Pág. 4
2.1. Sector não-Petrolífero	Pág. 5
▪ 3. Finanças Públicas	Pág. 6
▪ 4. Inflação	Pág. 8
▪ 5. Indicadores Monetários	Pág. 9
▪ 6. Política Monetária	Pág. 10
▪ 7. Mercado Monetário	Pág. 11
▪ 8. Sector Externo	Pág. 12
▪ 9. Mercado Cambial	Pág. 13
▪ 10. Mercado de Capitais	Pág. 16
▪ 11. Sector Bancário	Pág. 18
▪ 12. Indicadores Sociais	Pág. 20
▪ 13. Ambiente de Negócios	Pág. 21
▪ 14. Outras Economias Africanas	Pág. 22
▪ 15. Anexos	Pág. 23
▪ Outras Publicações	Pág. 25
▪ Contactos	Pág. 26



Siglas e Abreviaturas

- AGT – Administração Geral Tributária
- BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- BM MN – Base Monetária em Moeda Nacional
- BNA – Banco Nacional de Angola
- BODIVA – Bolsa de Dívida e Valores de Angola
- CMC – Comissão do Mercado de Capitais
- CPM - Comité de Política Monetária
- EUA – Estados Unidos da América
- Fed – Reserva Federal Norte-Americana
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- ICE – Indicador do Clima Económico
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPC – Índice de Preços no Consumidor
- IPCN – Índice de Preços no Consumidor Nacional
- MMI – Mercado Monetário Interbancário
- MN – Moeda Nacional
- OGE – Orçamento Geral do Estado
- OGE R – Orçamento Geral do Estado Revisto
- OMA – Operações de Mercado Aberto
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OT – Obrigações do Tesouro
- p.p. – Pontos percentuais
- PIB- Produto Interno Bruto
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
- RIB's – Reservas Internacionais Brutas
- RIL's – Reservas Internacionais Líquidas
- SADC – *Southern African Development Community*
- WEO – *World Economic Outlook*



Sumário Executivo

- O FMI e o BM previram uma taxa de crescimento negativa para 2020 de 4,9% e 5,2%, respectivamente, reflexo das medidas de confinamento adoptadas pela generalidade dos países, num esforço para conter a propagação da COVID-19.
- A economia angolana registou no Iº trimestre de 2020 uma contracção homóloga de 1,8%, o que representa uma deterioração comparativamente ao registo de -0,6% referente ao trimestre anterior e uma redução de 1,8 p.p. em comparação ao período homólogo.
- O sector petrolífero contraiu 1,7% no Iº trimestre de 2020, em termos homólogos, sendo que a actividade de Extracção e Refino de Petróleo apresentou uma melhoria na variação homóloga comparativamente ao trimestre anterior em que se verificou -6,5% e em comparação ao mesmo período de 2019, em que deteriorou 6,9%. O registo do Iº trimestre de 2020 representa a menor contracção do sector petrolífero desde o Iº trimestre de 2016, quando se registou um crescimento 3,7%.
- O crédito por actividade económica apresentou redução homóloga de 2,3%, no IIº trimestre de 2020. O montante concedido fixou-se em 3.815,6 mil milhões Kz (com a exclusão da actividade da Indústria Extractiva e Transformadora, que incluem a componente do sector petrolífero), tendo como principais destinos as actividades de “Comércio” (26%) e “Particulares” (20%).
- O saldo fiscal global poderá fixar-se em -4% do PIB o que representa a inversão da trajectória de *superavit* que teve início em 2018. O saldo primário poderá fixar-se em 2,2% do PIB abaixo dos 7,1% previsto inicialmente.
- O IPC tendo como referência os preços de Luanda apresentaram uma variação média de 1,87% no IIº trimestre de 2020. O nível corresponde a uma aceleração de 0,2 p.p. face ao período homólogo, tal como, o quarto aumento trimestral consecutivo.
- A oferta de moeda, medida pelo agregado monetário M2, contraiu 4% em termos reais no IIº trimestre. Em termos nominais o montante fixou-se em 10.896 mil milhões Kz o que representa um incremento trimestral e homólogo de 4% e 33%, respectivamente, justificado, principalmente, pelo crescimento homólogo dos depósitos a prazo em 41,23%, ao fixarem-se em 5.488 mil milhões Kz.
- As taxas Luibor registaram aumentos ao longo do IIº trimestre de 2020. Durante o horizonte temporal, os maiores incrementos atribuem-se às Luibor 1 mês e 3 meses que aumentaram cerca de 4,13 p.p. e 3,63 p.p., respectivamente, para 14,85% e 15,20% em cada caso.
- O rácio de crédito mal parado fixou-se de 34,5% em Maio uma redução mensal de 0,41 p.p., mas um agravamento de 5,1 p.p. face ao período homólogo, o que reflecte a redução da actividade económica das empresas e famílias.
- A propagação da COVID-19 poderá penalizar o processo de ajustamento macroeconómico em 2020. A redução significativa nas receitas em moeda estrangeira, associada a necessidade de mobilização de recursos para minimização dos impactos da COVID-19 poderá desacelerar a execução do PEM e do PND (2018-2022).
- A economia da África poderá contrair 1,7% em 2020, segundo dados do BAD. As perspectivas avançadas representam uma revisão em baixa de 5,6 p.p. face às estimativas de Janeiro de 2020 e poderá reflectir a redução dos fluxos financeiros externos.



1. Contexto Internacional (1/2)

- *A economia mundial poderá contrair de forma sincronizada, entre 3,2% a 5,2%, segundo estimativas do FMI e do BM, sendo que as economias avançadas deverão ser as mais afectadas.*
- *A China recuperou da contracção ao crescer 11,5%, no IIº trimestre de 2020, reflexo do processo de reabertura que o país adoptou no período em referência.*

A economia mundial poderá contrair durante o ano corrente. O FMI e o BM previram uma taxa de crescimento negativa para 2020 de 4,9% e 5,2%, respectivamente, reflexo das medidas de confinamento adoptadas pela generalidade dos países, num esforço para conter a propagação da COVID-19. Nas actualizações feitas em Junho, as duas instituições destacam que a contracção será generalizada e sincronizada. As economias avançadas deverão ser as mais afectadas em decorrência da sua estrutura de consumo e de produção mais atrelada aos sectores de serviços. Adicionalmente, as instituições alertam que os aprofundamentos da contracção estão dependentes da duração da pandemia e da implementação de medidas económicas para os atenuar.

A economia dos EUA contraiu 32,9% no IIº trimestre de 2020. O desempenho compara com a contracção de 5% do período anterior, reflexo da variação do consumo das famílias (-35%), sendo que o consumo dos serviços contraiu 44%. Paralelamente, os investimentos privados recuaram 49% contra os 9% do trimestre anterior, sendo que o investimento em Equipamento e Estruturas contraiu 38% e 35%, respectivamente. Enquanto isso, as exportações caíram 64% e as importações contraíram 53%. Os gastos públicos, por seu lado, aumentaram 2,7% acima dos 1,3% do período anterior. No período em análise, a taxa de desemprego fixou-se em 11,1%, um incremento de 6,7 p.p. face ao período anterior, enquanto a Reserva Federal decidiu manter inalterada a taxa básica no intervalo de 0% e 0,25%, num esforço para conter os impactos económicos da pandemia sobre a economia real e financeira.

A economia da Zona Euro contraiu 11,8% no IIº trimestre de 2020. O desempenho reflecte as medidas de confinamento impostas na generalidade dos países do bloco, o que corresponde ao desempenho mais desafiante de que há registo. A contribuir para a contracção esteve a desaceleração da Alemanha em 9,7%, da França em 13,8%, da Itália e da Espanha em 12,8% e 18,5%, respectivamente. Paralelamente, a taxa de desemprego voltou a acelerar ao se fixar-se em 7,8%, depois de ter se fixado em 7,2% em Março de 2020. Por outro lado, a taxa de inflação manteve a trajectória decrescente, reflexo da diminuição dos preços da energia. No seguimento, a Comissão Europeia aprovou o plano de recuperação

avaliado em 1,82 biliões EUR, sendo que 700 mil milhões EUR deverão ser aplicados já em 2020, enquanto o remanescente deverá ser aplicado no Plano Financeiro de 2021-2027.

A taxa de crescimento do Reino Unido fixou-se em -20,4% no IIº trimestre de 2020. O desempenho compara com a contracção de 2,2%, do fecho do Iº trimestre. A penalizar o desempenho esteve a contracção dos outros serviços “Acomodação e serviços de restauração” (-40,9%), “Educação” (-20,5%), “Transporte e armazenamento” (18,3%) e “Construção” (-18,2%). As medidas de confinamento impostas para reduzir a propagação da COVID-19 contribuíram para o desempenho do PIB. No período em análise, o Banco Central decidiu aumentar o programa de compra de títulos para 645 mil milhões GBP, enquanto a taxa de juro directora foi reduzida para 0,1% em Março. Por sua vez, a taxa de desemprego manteve-se em 3,9%.

A taxa de crescimento da China referente ao IIº trimestre de 2020 fixou-se em 11,5%. Depois de ter contraído 10% no Iº trimestre, a economia da China recuperou ao crescer 11,5%, reflexo das medidas de desconfinamento implementadas no País, numa fase em que o nível de infectados pelo novo coronavírus apresentaram uma tendência decrescente. A expansão apurada corresponde ao maior ritmo trimestral já registado. Ao longo do IIº trimestre, o Banco Central reduziu a taxa de juro de referência em 20 p.b., fixando-se em 3,85%, o que representa o segundo corte realizado em 2020.

A taxa de crescimento da economia do Japão fixou-se em 7,9% no IIº trimestre. O desempenho trimestral representa um agravamento face aos 0,6% do Iº trimestre de 2020, reflexo da contracção no consumo privado (-7,9%), nas despesas de capital (-4,7%), dos gastos públicos (-0,6%) e das exportações líquidas, com as exportações e importações a reduzirem em -18,5% e 0,5%, respectivamente. Para dar suporte à economia, o Banco Central aprovou um pacote de estímulos avaliados em 123 mil milhões USD. O Governo do Japão apresentou um pacote estímulos de 117,1 bilião JPY o equivalente a 21,1% do PIB de 2019, que inclui programas de empréstimos e injeção de capital em empresas com dificuldades.



1. Contexto Internacional (2/2)

- Os índices bolsistas apresentaram resultado positivo no IIº trimestre 2020, suportados pelos programas de estímulos e pelas expectativas em torno do desenvolvimento da vacina contra a COVID-19.
- O comércio mundial poderá contrair entre 13% e 32% em 2020, de acordo as estimativas da OMC, reflexo das medidas de paralisação parcial ou total de algumas cadeias de produção na generalidade dos países.

Os índices bolsistas apresentaram resultado positivo no IIº trimestre 2020. O desempenho tem sido justificado pela introdução de estímulos fiscais e monetários nas grandes economias e nas informações que têm sido divulgadas sobre o desenvolvimento da vacina contra a COVID-19. O *MSCI World* (Global) e o *MSCI Emerging Markets* apuraram, durante o IIº trimestre de 2020, ganhos de 18,84% e 17,27%, ao se fixarem em 2.201,79 pontos e 995,10 pontos, respectivamente. Para as economias desenvolvidas, destaca-se os ganhos apurados no índice Nasdaq (EUA) que se fixou em 10.058,77 pontos, um aumento de 30,63% se comparado ao nível de Março último. Paralelamente, para as economias emergentes, destaca-se o Ibovespa (Brasil) que registou incremento de 30,18%, ao se fixar em 95.055,7 pontos.

Os mercados financeiros apresentaram tendências divergentes ao longo do IIº trimestre 2020. Durante o período em análise verificou-se uma relativa instabilidade nos mercados financeiros, com o *USD Index* a recuar 1,67% para 97,39 pontos. As taxas Libor USD reduziram na generalidade das maturidades, com destaque para a Libor USD 12 meses, que recuou 0,45 p.p. para 0,55%. No mercado obrigacionista, destaca-se a diminuição das *yields* da dívida soberana na maturidade a 10 anos, da França e dos EUA, em 9,20 e 1,34 p.p. para 0,66% e -0,11%, respectivamente. Os preços das *commodities* apresentaram um desempenho positivo e sincronizado, com particular destaque para o ouro que escalou 30,29% ao ser cotado em 1.780,96 onça/USD.

A OMC estima, num cenário otimista, uma redução das exportações de bens de 13% em 2020. O desempenho do comércio mundial está a ser condicionado pelas medidas de confinamento das economias e pelo encerramento parcial ou total de algumas cadeias de produção na generalidade dos países. A OMC estima uma contracção de 32%, para o cenário pessimista, sendo o maior destaque a queda das exportações da “América do Norte” e da “Ásia” em 17,1% e 13,5%, para o cenário otimista, e de 40,9% e 36,2% no cenário pessimista, respectivamente. Por seu lado, as importações poderão cair em 14,5% ou 33,8% nos dois cenários, com destaque para a redução das importações da “América Central e do Sul” e da “América do Norte” em 22,2% e 14,5% para o cenário otimista e 43,8% e 33,8%, para o cenário pessimista, respectivamente.

A UNCTAD estima que o IDE poderá contrair até 40%

em 2020. Segundo o relatório da instituição sobre o investimento mundial referente a 2020, o IDE poderá fixar-se abaixo de 1 bilião USD, o menor nível desde 2005. Ao todo, a organização avança que as quedas poderão prolongar-se até 2021, com expectativas de crescimento apenas em 2022. Importa ressaltar que entre 2018 e 2019 a taxa de crescimento da entrada IDE foi de 3% ao se fixar em 1,5 biliões USD.

Tabela 1 – Fluxo e stock de IDE, em Mil Milhões USD

IDE Mundo	2018		2019	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Mundo (Fluxo)	1.495	0,986	1.540	1.314
América do Norte	297,02	-40,74	296,55	201,50
América Central e do Sul	0,146	0,05	0,160	0,040
Europa	364	419	429	475
Ásia	0,499	0,407	0,474	0,328
África	0,051	0,008	0,045	0,005
Outras Regiões	0,139	0,193	0,135	0,264
Mundo (Stock)	32.272	30.975	36.470	34.571
América do Norte	8.359	7.800	10.503	9.374
América Central e do Sul	2.050	0,657	2.192	0.760
Europa	12.972	11.309	12.596	14.324
Ásia	7.639	6.545	8.066	6.849
África	0,895	0,318	0,954	0,285
Outras Regiões	0,357	4.346	2.159	2.977

Fonte: UNCTAD: Relatório sobre o Investimento Mundial, 2020 e 2019

Tabela 2 – Crescimento do comércio mundial (%)

Comércio Externo	2019	Cenário 2020	
		Pessimista	Optimista
Volume médio	-0,1	-12,9	-31,9
Exportações			
América do Norte	1,0	-17,1	-40,9
América central e do Sul	-2,2	-12,9	-31,3
Europa	0,1	-12,2	-32,8
Ásia	0,9	-13,5	-36,2
Outras Regiões	-2,9	-8,0	-8,0
Importações			
América do Norte	-0,4	-14,5	-33,8
América central e do Sul	-2,1	-22,2	-43,8
Europa	0,5	-10,3	-28,9
Ásia	-0,6	-11,8	-31,5
Outras Regiões	1,5	-10,0	-22,6

Fonte: Organização Mundial do Comércio



2. Economia Real

- O desempenho económico nacional deverá registar uma contracção de aproximadamente 4,0%, de acordo com as principais instituições que analisam a economia nacional.
- A Pandemia da COVID-19 tem pressionado significativamente às condições de procura por bens e serviços, o que tem impactado a produção e estabilidade das empresas.

A economia registou no Iº trimestre de 2020 uma **contracção homóloga de 1,8%**. O desempenho representa uma aceleração da deterioração comparativamente ao registo de -0,6% referente ao trimestre anterior e uma redução de 1,8 p.p. em comparação ao período homólogo. A maior deterioração económica referente ao Iº trimestre, desde o início da série histórica do INE em 2010, caracteriza-se pela variação de -6%, em 2014 – período em que os sectores da “Indústria Transformadora” e “Extracção e Refino de Petróleo” registaram redução homóloga de 14,6% e 9,9%, respectivamente. Por outro lado, o melhor desempenho do Iº trimestre, na série histórica do INE, caracteriza-se pelo registo de crescimento homólogo de 13,4%, referente a 2015 – período em que os sectores de “Intermediação Financeira e de Seguros” e “Indústria Transformadora” cresceram 44,7% e 35,2%, respectivamente.

O PIB nominal atingiu **17.936,6 milhões USD, no Iº trimestre de 2020**. O montante representa uma redução trimestral de 3% e homóloga de 18%, sendo que representa o menor registo trimestral desde o início da série histórica no Iº trimestre de 2012, por outro lado o maior registo de 37.080,5 milhões USD correspondeu ao Iº trimestre de 2014.

O Governo perspectiva para o ano corrente uma **contracção de 3,6%**. A projecção representa uma revisão em baixa relativamente à projecção inicial de 1,8% de crescimento, apresentada no OGE 2020. A deterioração das estimativas económicas reflecte os impactos da COVID-19 sobre a economia mundial.

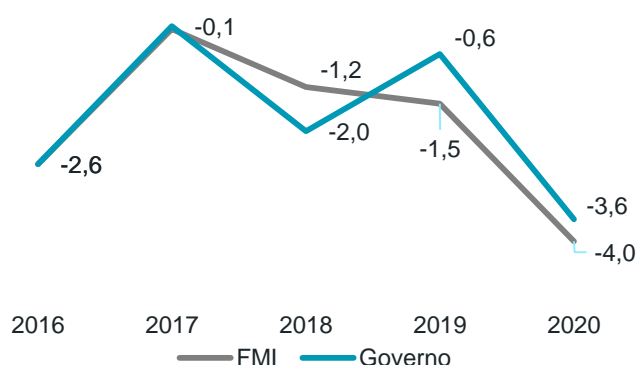
O FMI estima uma **recessão de 4,0% em 2020 que será sucedida por um crescimento de 3,2% em 2021**. O desempenho de 2020 representa uma revisão em baixa de 2,6 p.p., em comparação ao WEO de Abril de 2020, em consequência das perspectivas de deterioração da produção e preço do crude, moderação na concessão de crédito à economia e declínio do ambiente de negócios. No entanto, para 2021, a instituição de *Bretton Woods* prevê a recuperação do sector petrolífero, sendo que o crescimento económico do período pré-crise poderá ser verificado a partir de 2023 ou 2024.

O BM também perspectiva uma **recessão de 4,0% em 2020**. A revisão em baixa comparativamente ao crescimento de 1,5% previsto no relatório de Janeiro reflecte os impactos sobre a economia, da redução da cotação internacional do crude e das transacções

comerciais mundial, mas as expectativas de recuperação para 2021 de 3,1%, deverá ser sustentada pela melhoria do sector petrolífero.

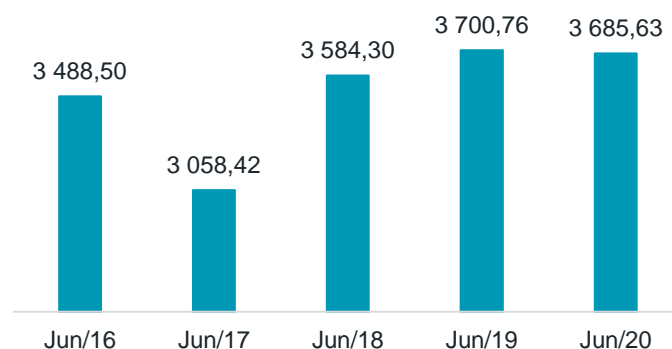
O crédito ao sector privado registou **redução trimestral de 13,5%, no IIº trimestre de 2020**. O registo trimestral contribuiu para uma deterioração homóloga de 0,41%, no período acima referido, que no entanto, representa a primeira contracção homóloga desde o IVº trimestre de 2017.

Gráfico 01 – Crescimento Económico (%)



Fonte: FMI (*Regional Economic Outlook*, Junho 2020); INE e OGE 2020 Revisto

Gráfico 02 – Crédito ao sector privado (Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA – Estatísticas Monetárias e Financeiras



2.1. Sector Petrolífero

- O desempenho do sector petrolífero manteve a trajectória decrescente, no entanto, apresenta uma recuperação em comparação ao registo do último trimestre de 2019.
- As incertezas sobre o impacto da COVID-19 sobre a produção e consumo mundial em 2020 contribuíram para que a produção petrolífera prevista pelo Governo fosse revista em baixa.

O desempenho do sector petrolífero contraiu 1,7% no Iº trimestre de 2020, em termos homólogos. A actividade de Extração e Refino de Petróleo apresentou uma melhoria na variação homóloga comparativamente ao trimestre anterior em que se verificou -6,5% e em comparação ao mesmo período de 2019, em que deteriorou 6,9%. O registo do Iº trimestre de 2020, representa a menor contracção do sector petrolífero desde o Iº trimestre de 2016, quando se registou um crescimento 3,7%. Em termos de contribuição no PIB referencia-se que se fixou em 31,4%, uma melhoria de 2 p.p. em relação ao trimestre anterior e de 0,1 p.p., em termos homólogos.

O PIB petrolífero poderá contrair 7,2% em 2020, segundo dados disponibilizados no OGE 2020 Revisto. A revisão em baixa do desempenho do sector, comparativamente ao crescimento de 1,5% apresentado no OGE 2020 inicial, reflecte, principalmente, as perspectivas de redução da procura mundial por crude, diante da prevista moderação da produção mundial, sendo que, a maturação de alguns campos de exploração petrolífera e a moderação do investimento em novos poços, representam restrições adicionais, que tem pressionado o sector petrolífero desde o IIº semestre de 2014. O PIB nominal petrolífero poderá fixar-se em 6.976,6 mil milhões Kz em 2020, uma revisão em baixa de 47,45%, sendo que em comparação ao registo de 2019 representa uma moderação de 26,21%.

A produção petrolífera referente ao IIº trimestre de 2020 atingiu uma média de 1,27 milhões barris/dia. O registo representa redução comparativamente ao nível médio de 1,38 milhões barris/dia referente ao trimestre anterior e à média de 1,43 milhões barris/dia no mesmo período de 2019. O OGE R 2020 apresenta um nível de produção de crude de 1,283 milhões barris/dia, que representa uma redução de 153 mil barris/dia, em comparação ao OGE 2020 inicial.

A cotação média internacional do crude atingiu 41,15 USD/barril no IIº trimestre de 2020. O preço representa uma recuperação de 80,9% em comparação ao trimestre anterior, em consequência da divulgação de indicadores sobre a recuperação da produção industrial na China. No entanto, em comparação ao registo do IIº trimestre de 2019 representa uma redução de 38%, em consequência dos impactos da COVID-19. A Bloomberg projectou, no fecho de Junho, uma cotação de 39,2 USD/barril em 2020 e de 47,13 USD/barril em 2021.

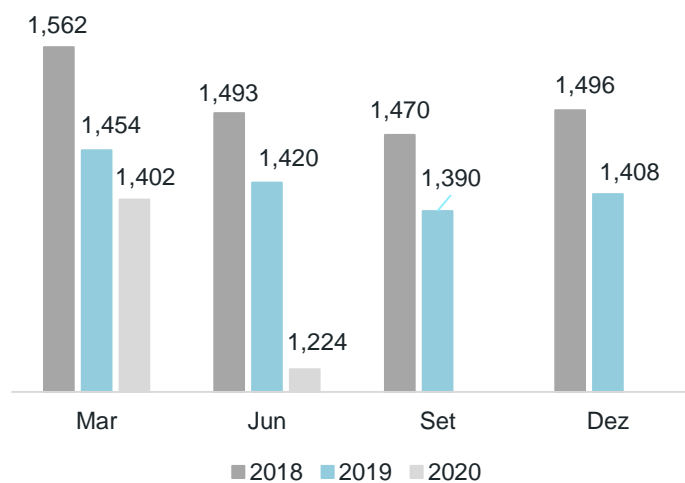
A produção de petróleo de Angola fixou-se acima da quota definida na OPEP nos meses de Maio e Junho. O novo acordo de cortes de produção da OPEP em vigor fixou a quota de produção de Angola para os meses em referência em 1,176 milhões de barris/dia. Contudo, o país produziu em termos médios 1,275 e 1,224 milhões de barris/dia em Maio e Junho um nível 8,4% e 4,0% acima da quota fixada, respectivamente.

Gráfico 03 – Cotação do Brent (USD/barril)



Fonte: Bloomberg.

Gráfico 04 – Produção Petrolífera (milhões barris/dia)



Fonte: OPEP - Segundo fontes secundárias.



2.2. Sector Não-Petrolífero

- O sector não petrolífero apresentou contracção em consequência da pressão gerada pela moderação do consumo e da produção devido a propagação da COVID-19.
- O crédito aos sectores produtivos apresentou trajectória decrescente, uma inversão face ao registo do trimestre anterior, com o sector do comércio a manter-se como o principal destino.

O sector não petrolífero registou contracção homóloga de 1,8%, no Iº trimestre de 2020. O registo reflecte uma deterioração de 3,9 p.p., em comparação ao último trimestre de 2019 e de 5,3 p.p. em relação ao Iº trimestre de 2019. A variação homóloga representa o primeiro registo negativo desde o IIº trimestre de 2018, ao fixar-se em -2,8%. As maiores variações caracterizaram-se pela “Indústria transformadora” (10,0%), “Electricidade e água” (3,9%) e “Serviços imobiliários e aluguer” (2,87%). Por outro lado, as reduções mais intensas corresponderam ao “Comércio” (-11,6%), “Pesca” (-7,9%) e “Extracção de diamantes, minerais metálicos e de outros minerais não metálicos” (-5,2%). No entanto, as maiores contribuições no PIB caracterizaram-se pelas actividades de “Comércio” (13,6%), “Construção” (12,0%) e “Administração pública, defesa e segurança social obrigatória” (8,0%).

O Governo estima que o desempenho do sector não petrolífero registe contracção de 2,1% em 2020. O registo representa uma revisão em baixa comparativamente ao crescimento de 1,9% apresentado inicialmente, em consequência das perspectivas de moderação do consumo interno, com o desempenho sectorial a ser revisto de crescimento para recessão na generalidade dos sectores, com excepção do sector da Energia, em que se perspectiva um crescimento de 7,8%, em consequência da expectativa de aumento da produção gerada por investimentos anteriores realizados no sector, com destaque para a produção na barragem de Laúca. O sector de Extracção de diamantes e outros minerais poderá registar a maior contracção (-12,3%), em consequência da revisão em baixa da produção de

diamantes, em 1.121 mil quilates, para 8,0 milhões quilates.

A Despesa prevista no OGE R 2020 destinada ao sector não petrolífero foi revista em alta, na generalidade. Os aumentos previstos destinam-se principalmente aos sectores dos “Transportes” (+43,7%, para 306,0 mil milhões Kz) e “Agricultura, silvicultura, pesca e caça” (+18,8%, para 256,6 mil milhões Kz). Por outro lado, a redução dos recursos destinados identificou-se no sector da “Comunicação e tecnologias de informação” (-12,5%, para 18,3 mil milhões Kz). Os montantes poderão contribuir na redução das dificuldades económicas impostas pela COVID-19 à tesouraria das empresas e preparar as condições para a recuperação da economia, proximamente.

O stock de crédito por actividade económica apresentou redução homóloga de 2,3%, no IIº trimestre de 2020. O desempenho reflecte o registo de 3.815,6 mil milhões Kz correspondente ao stock total do crédito (com a exclusão da actividade da Indústria Extractiva e Transformadora, que incluem a componente do sector petrolífero), com os principais destinos do crédito a caracterizarem-se pelas actividades do “Comércio” (26%) e “Particulares” (20%). Quando incluído ao stock total do crédito o stock do crédito da Indústria Transformadora a contracção modera para 0,7%, reflexo do incremento de 20,7% apurado no período em referência e em linha com a estratégia de alteração da estrutura produtiva e incremento do peso do sector na composição do PIB.

Tabela 3 – Taxa de Crescimento do PIB 2017-2020 (%)

	2017	2018	2019 E	OGE 2020	OGE 2020 R
Agricultura	1,4	-2,0	0,8	3,1	-1,2
Pescas e derivados	-1,1	-17,1	-18,0	4,0	-1,3
Extracção de diamantes, de minerais metálicos e de outros minerais	-0,8	-6,3	8,5	6,6	-12,3
Indústria transformadora	1,2	4,8	0,2	1,2	-1,0
Construção	2,5	0,4	4,9	1,3	-1,4
Energia	-1,7	22,3	5,3	0,5	7,8
Serviços mercantis	1,5	-0,2	1,0	1,2	-1,9
Outros (Sector Público Administrativo)	0,3	2,3	2,3	1,5	-2,3

Fonte: OGE 2020 Revisto.



3. Finanças Públicas

- O Saldo Orçamental poderá inverter a trajectória de superávits que tem sido registada desde 2018, pressionado pela necessidade de despesas relacionadas à mitigação dos impactos da COVID-19.
- A arrecadação de receitas fiscais petrolíferas tem apresentado uma trajectória positiva, tendo-se fixado em 75% do total previsto no OGE 2020 Revisto.

As Receitas e Despesas foram revistas em baixa, em 15,7%, na proposta de Lei de Revisão do OGE 2020 Revisto. A medida reflecte as perspectivas do impacto da COVID-19 sobre a arrecadação de recursos, o que consequentemente compromete a concretização das Despesas.

As Receitas Fiscais Petrolíferas deverão representar aproximadamente 22%, das Receitas Totais. O registo representa uma redução de 13 p.p., em comparação ao OGE 2020 inicial. O total de Receitas Fiscais Petrolíferas até Junho de 2020 fixou-se em 2.216,9 mil milhões Kz, que representa 75%, do total previsto no OGE R 2020. Em relação às receitas fiscais não petrolíferas, refere-se que a contribuição sobre as Receitas Totais poderá fixar-se em 17%, uma revisão em alta de 1,0 p.p., em consequência da previsão de redução das Receitas em 15,7%, superior a moderação de 7,5% nas Receitas Fiscais Não Petrolíferas, que fixaram-se em 816,6 mil milhões Kz, de Janeiro a Abril, segundo dados da Administração Geral de Tributária, perto de 35%, do montante previsto no OGE R 2020.

As Despesas Correntes deverão corresponder a 55% das Despesas Totais. A contribuição das Despesas Correntes representa um aumento de 4 p.p., em relação ao OGE 2020 inicial. Entre as Despesas correntes, a maior contribuição poderá corresponder à Remuneração dos Empregado que deverão representar 16,2% das Despesas Totais, 2,3 p.p. acima da previsão inicial.

O Serviço da Dívida poderá registar redução de 22,4%, no OGE 2020 Revisto. O montante de Juros e Amortização da Dívida poderá fixar-se em 7.525,2 mil milhões Kz, no OGE 2020 Revisto (o equivalente a 12,9 mil milhões USD, câmbio do BNA de Junho). O que poderá reflectir a renegociação da dívida juntos aos principais credores.

O Saldo Orçamental poderá fixar-se em -4,0% do PIB em 2020. O défice orçamental estimado reflecte uma revisão em baixa comparativamente ao *superavit* de 1,2% previsto no OGE 2020 inicial, que representa uma inversão dos *superávits* apurados desde 2018.

Tabela 4 - Receitas e Despesas (Mil Milhões Kz)

Descrição	OGE 2020	OGE R 2020	Var. %	% OGE		% PIB		Var. p.p
				OGE R 2020	OGE 2020	OGE 2020	OGE R 2020	
1. Receita Total	15.970,60	13.455,30	-15,7	100	100	37,9	42,2	4,3
1.1. Receitas Correntes	8.614,70	6.125,00	-28,9	53,9	45,5	20,4	19,2	-1,2
a. Petrolíferas	5.580,50	2.951,80	-47,1	34,9	21,9	13,2	9,3	-3,9
b. Não Petrolíferas	2.515,60	2.328,60	-7,5	15,8	17,3	6	7,3	1,3
c. Outras receitas	517,10	836,60	61,80%	3,2	6,2	1,2	2,6	1,4
1.2. Receita Patrimonial	11,60	1,30	-88,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
1.3. Receita de Endividamento	7.344,30	7.329,00	-0,2	46	54,5	17,4	23	5,6
a. Interno	2.480,70	4.066,90	63,9	15,5	30,2	5,9	12,8	6,9
b. Externo	4.863,70	3.262,10	-32,9	30,5	24,2	11,5	10,2	-1,3
2. Despesa Total	15.970,60	13.455,30	-15,7	100	100	37,9	42,2	4,3
2.1. Despesa Correntes	8.096,20	7.392,60	-8,7	50,7	54,9	19,2	23,2	4,0
2.2. Despesas de Capital	1.337,40	1.462,20	9,3	8,4	10,9	3,2	4,6	1,4
2.3. Despesas c/ amortização de dívida	7.225,70	5.557,10	-23,1	45,2	41,3	17,2	17,4	0,3
a. Externa	3.143,80	1.854,40	-41	19,7	13,8	7,5	5,8	-1,7
b. Interna	4.081,90	3.702,70	-9,3	25,6	27,5	9,7	11,6	1,9
2.4. Aquisição de Activos Financeiros	648,80	505,60	-22,1	4,1	3,8	1,5	1,6	0,1

Fonte: OGE 2020 Revisto.



Os Desafios da Consolidação Fiscal

O processo de consolidação fiscal em curso na economia nacional, com o suporte do Fundo Monetário Internacional (FMI) desde Dezembro de 2018, tem atravessado um período de revisão significativa, em consequência de acontecimentos como a propagação da Pandemia da COVID-19 e a redução do preço nos mercados internacionais.

A necessidade de maior alocação de recursos às actividades relacionadas à saúde, promoção da empregabilidade e concessão de liquidez à economia apresentam-se como os principais desafios, para que seja minimizado o impacto da COVID-19 sobre o crescimento da economia.

Em consequência, as perspectivas sobre a dívida pública e o défice orçamental foram revistas em alta, no entanto, acompanhadas da intenção de negociação do endividamento junto dos principais credores internacionais, em que se destaca a iniciativa de Angola de aderir à Suspensão do Serviço da Dívida apresentada pelos países do G20.

O programa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês) caracteriza-se por uma iniciativa dos países do G20, que possibilita o alívio do pagamento da dívida bilateral de 73 países de rendimento baixo, de Maio a Dezembro de 2020. Os pagamentos suspensos deverão ser posteriormente realizados em três anos. A perspectiva de alívio fiscal para que os recursos fossem transferidos para o suporte ao combate à COVID-19, com a perspectiva de que os credores privados também adiram à suspensão, perspectiva que o benefício atinja um nível de 11,5 mil milhões USD ao beneficiar os 73 países previstos, de acordo com dados do Banco Mundial.

Em relação aos países africanos, referencia-se que 36 países foram abrangidos, com o total da suspensão a fixar-se em 6.584,0 milhões USD, cerca de 57% do montante total previsto. Destaca-se que, Angola deverá beneficiar de um alívio avaliado em 2.645,6 milhões USD, o maior montante de suspensão entre os países africanos, ao representar 23% do total, com o segundo maior montante, de 802,6 milhões USD, a corresponder ao Quênia.

Relativamente ao nível de endividamento nacional, o Orçamento Geral do Estado 2020 Revisto projecta um rácio de 123% do PIB, no ano corrente, um incremento de 10 p.p., relativamente a 2019, o que contribui para que o indicador se mantenha acima de 60% do PIB – meta de convergência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) – desde 2015, quando se fixou em 65,2% do PIB.

Os principais riscos associados a projecção avançada caracterizam-se pela perspectiva de deterioração do crescimento económico, contínua depreciação cambial e aumento dos juros exigidos pelos investidores para a compra de dívida.

O 1º trimestre caracterizou-se por um stock de Dívida Pública Externa de 48.917,9 milhões USD, correspondente a uma proporção em relação ao PIB, de 68,1%. Em comparação ao mesmo período de 2019, a percentagem sobre o PIB situava-se 13,0 p.p. abaixo, que representava stock de 48.393,4 milhões USD de Dívida Pública Externa, de acordo com os dados divulgados pelo Banco Nacional de Angola.

Entretanto, a Dívida Privada Externa corresponde a um stock de aproximadamente 18.051,9 milhões USD, no período acima referenciado, que representa um aumento de 2.223,47 milhões USD em comparação ao 1º trimestre de 2019, que em percentagem do PIB corresponde a cerca de 25,1%, sendo superior ao registo de 18,1% apurado no período homólogo.

Em termos globais, o Ministério das Finanças apresentou uma trajectória decrescente do stock da Dívida Pública Total. No entanto, em consequência da deterioração do PIB perspectiva-se um aumento do rácio da Dívida Pública em relação ao PIB, com as estimativas do Governo a apontarem para um stock de 72 mil milhões USD em 2019 e de 66 mil milhões USD em 2020.

Na perspectiva de concretização da consolidação fiscal, o Governo tem envidado estratégias de mitigação das despesas e incremento das receitas. Além da medida de adesão ao DSSI do G-20, foi submetida à Assembleia Nacional a proposta de Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas, com o objectivo de garantir a “institucionalização de princípios, regras e instrumentos fiscais para a garantia da gestão das finanças públicas que contribua para a estabilidade e sustentabilidade da dívida” e o “reforço dos mecanismos de acompanhamento dos actos de gestão das finanças públicas por parte da Assembleia Nacional”. Deste modo, será possível obter maior transparência na gestão das Finanças Públicas e aumentar a credibilidade interna e externa das finanças do país.

No âmbito da arrecadação de receitas apresenta-se a evolução do Programa de Privatizações (PROPIV) 2019-2022, que segundo dados divulgados pelo Ministério das Finanças, em Julho de 2020, do total de 195 activos a alienar, cerca de 14 efectivaram-se com uma arrecadação total 92 milhões USD e criação de 470 postos de trabalhos, directos e indirectos.



4. Inflação

- O IIº trimestre ficou caracterizado pela manutenção da aceleração da inflação, tendo o IPC de Luanda registado um crescimento médio de 1,87%.
- A declaração do estado emergência no final do mês de Março, levou-nos a assistir uma corrida por bens alimentares por parte dos consumidores, o que contribuiu para uma maior volatilidade destes preços.

O IPC tendo como referência os preços de Luanda apresentaram uma variação média de 1,87% no IIº trimestre de 2020. O nível corresponde a uma aceleração de 0,2 p.p. face ao período homólogo, tal como, o quarto aumento trimestral consecutivo. Destaca-se que a tendência foi suportada pela maior volatilidade dos preços da Classe 01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas (+2,6%), Classe 11. Hotéis, Cafés e Restaurantes (+2,4%), Classe 02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco (+2,3%) e a Classe 06. Saúde (+2,3%).

A variação dos preços dos produtos que compõe a Classe 01. representa uma aceleração de 1,1 p.p. face ao trimestre anterior. A maior volatilidade dos preços poderá reflectir o posicionamento dos consumidores e vendedores após declaração do estado de emergência, com os primeiros a aumentarem a procura com o intuito de fazer *stock*, e os últimos a aumentarem o preço por especulação. A mesma dinâmica verificou-se na Classe 06., com o aumento da procura de determinados bens, como o caso das máscaras e álcool gel, a contribuir para o aumento dos respectivos preços.

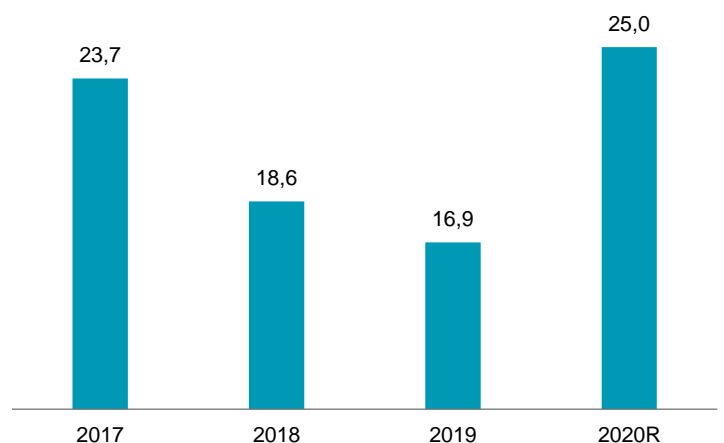
O índice dos preços de produtos não-transaccionáveis fixou-se em 278,72 pontos em Junho. O nível representa uma aceleração de 3,21% e 13,87% em termos trimestrais e homólogos, respectivamente. O desempenho continua a reflectir os impactos moderados da depreciação cambial sobre os preços destes produtos. Paralelamente, no mesmo período, os preços dos bens transaccionáveis aceleraram em termos trimestrais 6,63% e 22,2% em termos homólogos em linha com a manutenção da depreciação cambial.

Os preços dos produtos alimentares aumentaram cerca de 7,5%. Ao longo do período em análise, a classe que mede a variação dos produtos alimentares apresentou um crescimento médio de 7,5%, 4,11 p.p. acima da variação média dos preços não alimentares. O desempenho poderá reflectir a redução das importações apuradas nos períodos anteriores, o que pressionou o *stock* no período em referência, associada aos ajustamentos das expectativas dos grandes grossistas em virtude de uma relativa escassez da oferta interna.

A nível nacional a inflação homóloga acelerou 3 p.p., para 22,62%, no período em análise. Entretanto, quando comparado com o mesmo período de 2019, a inflação homóloga no IIº trimestre de 2020 registou uma expansão de 5,68 p.p.. Paralelamente, a taxa de inflação acumulada nos primeiros seis (6) meses do ano corrente situou-se em 11,89%, cerca de 5,22 p.p. acima do nível apurado no mesmo período de 2019. Durante o período em análise, perto de 63% das províncias apresentaram inflação média mensal a partir de 2%.

A Proposta do OGE R 2020 prevê uma taxa de inflação de 25% para o ano corrente. A nova estimativa constitui um aumento de 8,1 p.p., face ao fecho do ano anterior, porém uma manutenção em relação ao OGE inicial. De acordo com o documento a projecção é suportada pela suavização do ritmo de ajustamento do preço dos produtos energéticos e dos serviços de transporte públicos.

Gráfico 05 – Taxa de inflação (%)



Fonte: INE, Proposta de Revisão do OGE 2020



5. Indicadores Monetários

- A liquidez geral da economia, medida pelo agregado monetário M2, ascendeu os 10.896 mil milhões Kz nos primeiros seis meses do ano corrente.
- A Base monetária em moeda nacional (BM MN) fixou-se em 1.663 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020, com os depósitos excedentários a destacarem-se, o que poderá reflectir a estratégia de hedge diante do cenários de incertezas.

A oferta de moeda medida pelo agregado monetário M2 contraiu 4% em termos reais no IIº trimestre. Em termos nominais o montante fixou-se em 10.896 milhões Kz o que representa um incremento trimestral e homólogo de 4% e 33,2%, respectivamente, justificado, principalmente, pelo crescimento dos depósitos a prazo em 41,23%, ao fixarem-se em 5.488 mil milhões Kz. Adicionalmente, importa ressaltar que excluindo o efeito cambial, o agregado monetário aumentou 2,51% em termos trimestrais e 8,45% na sua comparação homóloga, ao situar-se em 4.801 mil milhões Kz e 4.426 mil milhões Kz, em cada caso, impulsionado pelo desempenho positivo dos depósitos a ordem. Quando deflacionado pelo IPC referente ao mês de Junho, o desempenho representa uma contracção de 4% acima da contracção de 2,4% do período anterior, o que poderá penalizar as transacções comerciais e suportar de forma mais vigorosa o processo de estabilidade dos preços.

As Notas e moeda em poder do público fixaram-se em 391.616 milhões Kz, em Junho de 2019. O montante representa uma contracção de 6,5% em termos semestrais, sendo reflexo de uma maior redução da massa em circulação na economia em linha com a estratégia de modernização dos sistema de pagamento com recursos aos meios electrónico. Contudo a proporção de Notas e Moedas em poder do público sobre as Notas e Moeda em circulação fixou-se em 73%, um aumento de 12 p.p., o que poderá reflectir um aumento das necessidades de detenção de notas e moedas em linha com incremento da informalidade da economia em decorrência das actual conjuntura desafiante pelo que passa a economia angolana. Destaca-se que no período em referência o montante de Notas e Moedas em circulação na economia fixaram-se em 504.016 milhões Kz uma redução de 6,7% face ao montante.

A Base monetária em moeda nacional (BM MN) fixou-se em 1.663 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020. O desempenho revela um incremento trimestral de 8,18%, reflexo do aumento dos depósitos excedentários em moeda nacional – reservas livres – em 47,21% ao situar-se em 290.118 milhões Kz. Em termos homólogos, a variável operacional da política monetária cresceu 21,44%, suportada pelos depósitos obrigatórios em moeda nacional que aumentou 25,45% para 869.325 milhões Kz, o valor mais alto desde Dezembro do ano passado. Na sua perspectiva mais ampla, a Base Monetária ascendeu os 2.439 mil milhões Kz, mais de

105 mil milhões Kz (+5%) quando comparado ao trimestre anterior.

O rácio entre os depósitos excedentários em moeda nacional sobre a BM MN situou-se em 17% em Junho de 2020. O indicador que revela a liquidez do sector bancário, registou um incremento de cerca de 4 p.p. face ao trimestre anterior, reflexo do aumento dos depósitos excedentários em 93.035 milhões Kz. Analogamente, o rácio entre os depósitos obrigatórios em moeda nacional sobre a BM MN, foi de 52% em Junho, uma redução trimestral de 3 p.p.. Assim sendo, apesar da diminuição do rácio, o sistema detém parte significativa da liquidez depositadas no Banco Central, em consequência da obrigatoriedade de os bancos constituírem reservas na ordem dos 22% por cada depósito captado, com o objectivo de salvaguardar os interesses dos depositantes em caso de falências bancárias.

Gráfico 06 – Base Monetária em Moeda Nacional (Mil Milhões Kz)

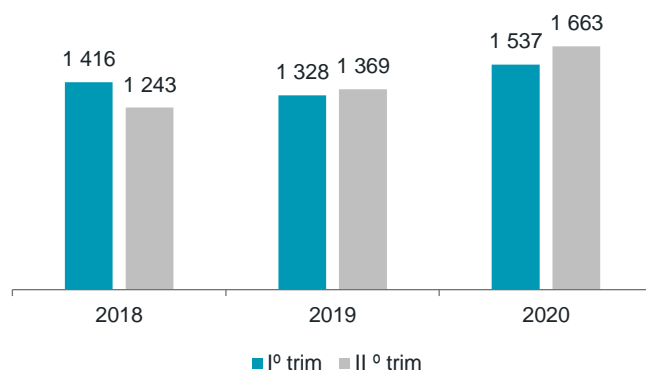
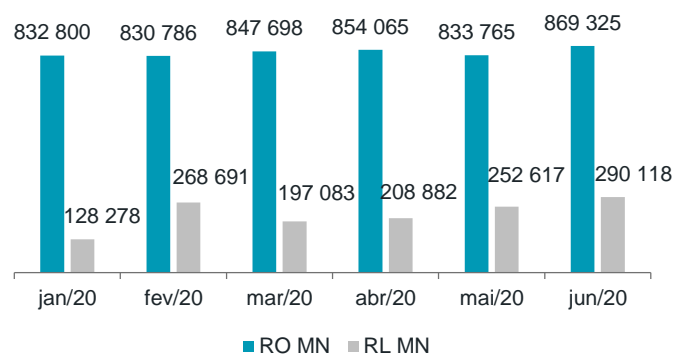


Gráfico 07 – Reservas Bancárias (Milhões Kz)



6. Política Monetária

- O Banco Nacional de Angola absorveu liquidez recorrendo às Operações de Mercado Aberto (OMA) num montante avaliado em 1.505 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020.
- O Comité de Política Monetária decidiu manter ao longo do IIº trimestre as principais taxas de juro de referência, em consequência da perspectiva de controlo da inflação.

O BNA absorveu liquidez recorrendo as OMA em 1.505 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020. O registo representa um incremento homólogo e trimestral de 223% e 227%, respectivamente, o que poderá reflectir a manutenção do posicionamento restritivo da política monetária com vista ao alcance dos objectivos de controlo da inflação na economia que segundo as projecções do Governo, poderá fixar-se em 25%. Importa referir que durante o período em análise, o BNA não efectuou qualquer operação de cedência de liquidez ao mercado monetário, via OMA, o que poderá reflectir a activação da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez *Overnight* que visa, entre outros objectivos, tornar previsível e estável o acesso destes à liquidez em caso de necessidade, segundo o BNA. Analogamente, destaca-se que desde Setembro de 2019 que o Banco Central não realiza operações de redesconto.

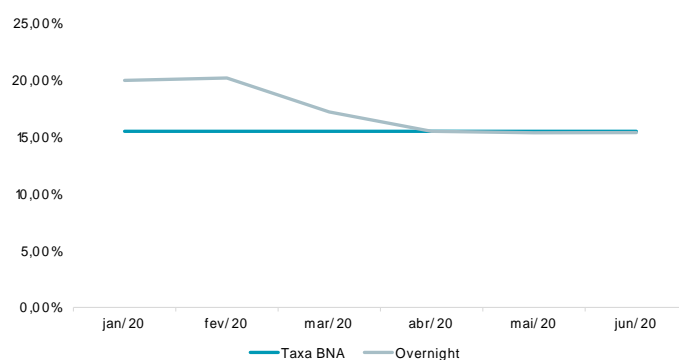
O CPM decidiu manter ao longo do IIº trimestre as principais taxas de juro de referência. O destaque máximo recai sobre a taxa básica de Juro, Taxa BNA, que se mantém fixada em 15,5% desde Maio de 2019. A contribuir para a manutenção da principal taxa de juro da economia estive a reafirmação do compromisso da estabilidade dos preços, em paralelo com a trajectória com a BM MN. Adicionalmente, o CPM decidiu manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez para a maturidade *Overnight* em 0%, tal como os coeficientes de reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira em 22% e 15%, respectivamente.

O regulador decidiu incluir as Grandes Empresas (GE) do sector produtivo no programa de *Quantitative Easing*. O envolvimento das GE na linha de liquidez teve como objectivo aligeirar as pressões de tesouraria das empresas em consequência do impacto da propagação da COVID-19 sobre a economia nacional, com efeitos sobre a continuidade da operacionalidade das empresas do sector produtivo, e por arrasto, das condições do mercado de trabalho.

Os prazos de análise dos pedidos de crédito recepcionados pelos bancos comerciais foram flexibilizados. A medida foi extraída do Instrutivo nº07/2020 de 20 de Abril sobre a concessão de crédito, revela que para os créditos de projectos de Investimento agrícola, por exemplo, os bancos terão um prazo de 40 dias úteis para comunicar a decisão ao cliente final, 15

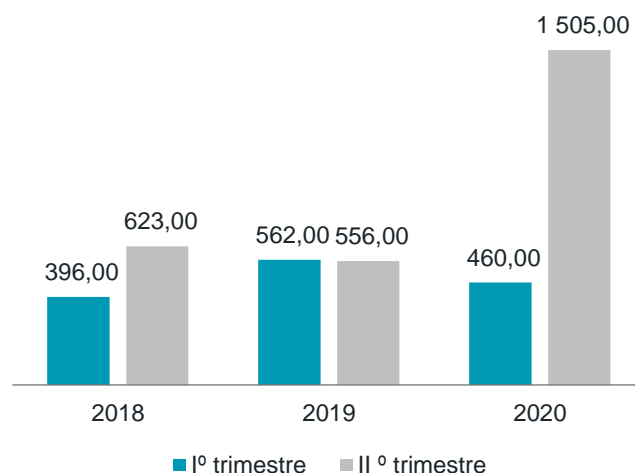
dias para os crédito a particulares não hipotecários e 30 dias para crédito à habitação.

Gráfico 08 - Taxa BNA



Fonte: BNA

Gráfico 09 – Operações de Mercado Aberto (Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA



7. Mercado Monetário

- As taxas de Juro de curto prazo, Luibor, assinalaram ao longo do IIº trimestre de 2020, aumentos na generalidade das maturidades
- As operações de tomada e cedência de liquidez entre as instituições financeiras bancárias fixaram-se em 1.912 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020

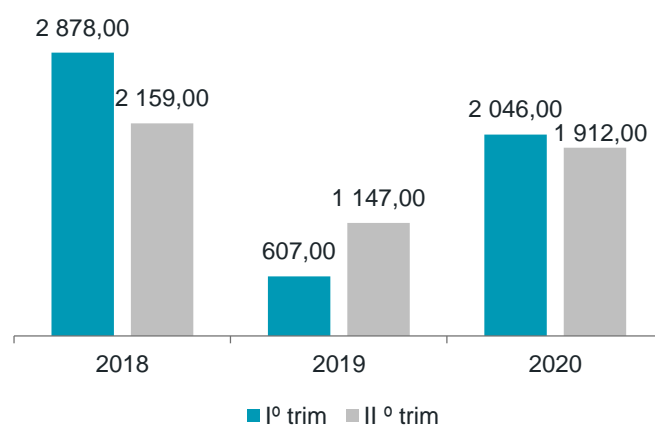
As operações de tomada e cedência de liquidez entre os bancos fixaram-se em 1.912 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020. O desempenho reflecte um incremento homólogo de 67%, mas uma redução trimestral de 7%, o equivalente a 134.200 milhões Kz, reflexo da moderação das necessidades de captação de liquidez por parte dos bancos comerciais, em consequência duma política de gestão de tesouraria mais equilibrada.

Destaca-se que na reunião ocorrida no passado dia 07 de Maio de 2020, o CPM do BNA decidiu activar a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez *Overnight*, em até 100 mil milhões Kz renovável trimestralmente, de modo não cumulativo ao longo de 2020, com o objectivo de tornar mais acessível a tomada de liquidez para diversas finalidades.

As taxas Luibor registaram aumentos ao longo do IIº trimestre de 2020. Durante o horizonte temporal, os maiores incrementos atribuem-se a Luibor 6 meses e 12 meses que aumentaram cerca de 1,31 p.p. e 1,16 p.p., respectivamente, para 16,20% e 18,06% em cada caso. Paralelamente, para as restantes maturidades, constata-se que a Luibor *Overnight* registou a menor variação no período em cerca de 0,01 p.p. ao situar-se em 15,38%, enquanto que para a Luibor 1 mês, 3 meses e 9 meses, o incremento foi de 0,55 p.p., 0,39 p.p. e 0,82 p.p., respectivamente, ao fixarem-se em 14,85%, 15,20% e 17,16%.

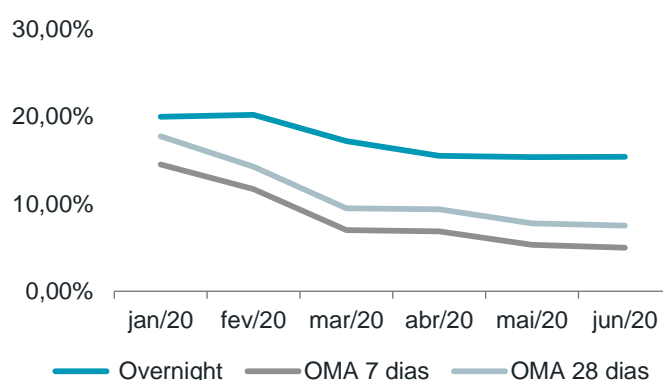
O montante disponibilizado por via da Facilidades de Cedência de Liquidez fixou-se em 838.647 milhões Kz no IIº trimestre de 2020. O registo representa cerca de 11 vezes acima do montante apurado no período homólogo, o que corresponde à um crescimento de 1.093%. Em termos trimestrais, o aumento foi de 806.344 milhões Kz. Destaca-se que para a realização das operações citadas, a taxa de juro apurada converge com a Taxa BNA, fixada em 15,50% desde Maio de 2019.

Gráfico 10 – Operações de permuta de liquidez (Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA

Gráfico 11 – Taxas de Juro



Fonte: BNA



8. Sector Externo

- Os dados divulgados pelo INE revelam que durante o 1º trimestre de 2020, o saldo da Balança Comercial fixou-se em 2.091,67 mil milhões Kz, uma redução de 21,5% face ao trimestre anterior.
- A quedas das importações e exportações durante o período em análise reflecte, essencialmente, o impacto da propagação da COVID-19, que impôs restrições significativa no comércio internacional.

O saldo da Balança Comercial fixou-se em 2.091,67 mil milhões Kz, o equivalente a 4,1 mil milhões USD. O nível apurado no 1º trimestre de 2020 corresponde a uma redução de 21,5% face ao último trimestre de 2019, mas um aumento de 60,9% quando comparado ao período homólogo. O desempenho reflecte a combinação da redução das exportações e importações, em 19% e 14,1%, respectivamente. As restrições impostas pela propagação da COVID-19 sobre o comércio internacional sustenta a tendência apurada.

As exportações permitiram o encaixe de 3.294,50 mil milhões de Kz, no 1º trimestre de 2020, o correspondente a 6,5 mil milhões USD. Do montante arrecadado, cerca de 84% foi proveniente do continente asiático, o que contribuiu para que a China ocupasse o primeiro lugar na classificação dos principais destinos de exportação do país, com uma quota de 59%, durante o período em análise. No entanto, importa ressaltar que comparativamente ao trimestre anterior, o montante oriundo da China registou uma redução de 25,1%.

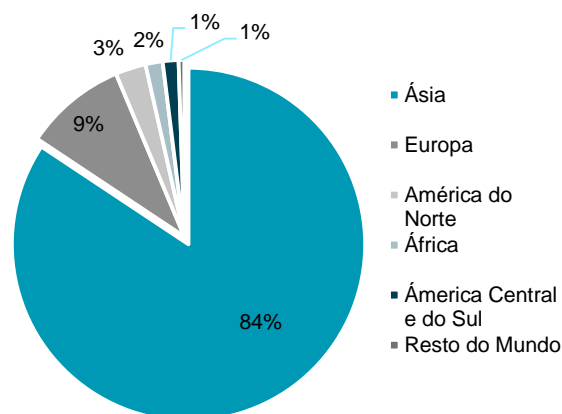
A exportação de Combustível representou perto de 94,2% do montante arrecadado. Os combustíveis apesar de manterem dominância no peso das exportações, o montante arrecadado no 1º trimestre representou uma redução de 19,1% quando comparado pelo período anterior. Importa ressaltar, que durante o período em análise, a exportação de Madeira e Cortiça registou uma redução significativa, cerca de 94,4%, tendo o montante encaixo se fixado em 170 milhões Kz.

O montante despendido com as importações fixou-se em 1.202,83 mil milhões Kz, perto de 2,4 mil milhões USD. A Europa e a Ásia destacaram-se como as principais zonas económicas, ao fornecerem, em conjunto, cerca de 77% do total importado no 1º trimestre. No entanto, em relação ao período anterior verificou-se uma diminuição de 5 p.p. Destaca-se que as compras realizadas nos países africanos apresentaram um aumento de 16,9%, suportado pela expansão das importações provenientes do Gabão (+885%), África do Sul (+30%), Namíbia (+17%) e Egito (+15%).

As Máquinas, Equipamentos e Aparelhos constituíram os principais produtos de importação. Com um peso de 22,93% sobre o total, o país importou um montante de 276,28 mil milhões Kz que, no entanto, representa uma redução de 5,3%, face ao período anterior. Em segundo lugar, destacou-se a importação de bens agrícolas e

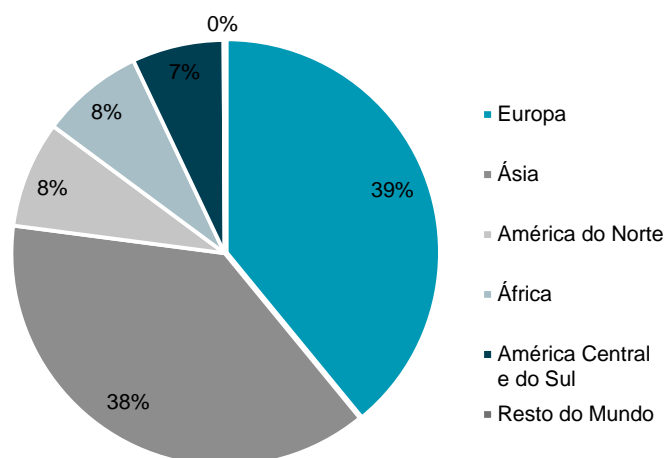
alimentares, que em conjunto representaram 22,39% do total. Relativamente as categorias económicas de bens, destaca-se que a importação de Combustíveis e bens de Consumo apresentaram reduções significativas, cerca de 23,8% e 15,1%, respectivamente.

Gráfico 12 – Exportação por Zonas Económicas



Fonte: INE

Gráfico 13 – Importações por Zonas Económicas



Fonte: INE



9. Mercado Cambial

- A depreciação da moeda nacional manteve-se moderada ao longo do IIº trimestre de 2020, tendo se fixado em 7% face ao dólar.
- A entrada em funcionamento da plataforma FXGO agregou maior valor nas transacções de divisas entre os bancos comerciais e as empresas do sector de petróleo e gás, tal como no mercado interbancário.

A moeda nacional registou durante o IIº trimestre de 2020 uma depreciação de 7,3% face ao dólar. O nível corresponde a uma moderação de 3 p.p. face ao trimestre anterior, o que poderá reflectir a redução da procura em consequência das limitações impostas pela COVID-19. A taxa de câmbio situou-se em 578,917 Kz por unidade de dólar. Relativamente ao euro assistiu-se a uma ligeira aceleração da depreciação, cerca de 1 p.p., para 9%, o equivalente a 648,931 Kz por unidade de euro. Destaca-se que no mercado informal a cotação do Kwana face ao dólar 790 Kz por unidade da moeda norte-americana.

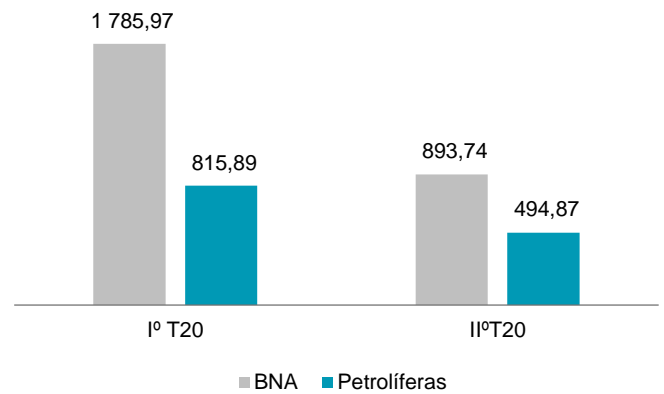
De Abril a Junho o BNA vendeu cerca de 893,81 milhões USD. O montante corresponde a uma diminuição de 49,93% face ao Iº trimestre de 2020, o que poderá reflectir a moderação da procura, tendo se verificado em alguns leilões que a procura se situou abaixo do montante oferecido. A tendência decrescente também foi apurada no montante disponibilizado pelas petrolíferas, que no IIº trimestre registou uma redução de 39% face ao período anterior, fixando-se em 494,87 milhões USD.

A entrada em vigor do Instrutivo nº 02/2020 agregou maior valor nas operações cambiais. O referido instrutivo entrou em vigor a partir do dia 01 de Abril e estabelece os procedimentos a serem observados nas negociações de divisas entre a Concessionária Nacional, sociedades investidoras nacionais ou estrangeiras e os bancos comerciais, ou ainda entre os bancos comerciais, tal como o BNA. Assim sendo, no IIº trimestre os bancos comerciais transacionaram entre si divisas estimadas em 10,85 milhões USD.

O dinamismo e a profundidade do mercado cambial deverá manter-se com a entrada de novos ofertantes. As empresas do sector diamantífero e o Tesouro Nacional deverão juntar-se a plataforma FXGO para a comercialização de moeda estrangeira, permitindo que ambas entidades negociem directamente com os bancos comerciais. Adicionalmente, pretende-se também que as empresas de grande dimensão, com necessidade de compra de moeda estrangeira, como, por exemplo, as empresas de navegação aérea acedam a mesma plataforma. Segundo o BNA, assim que concluída a adesão das entidades referenciadas à plataforma FXGO, estarão reunidas as condições para o BNA deixar de realizar leilões de vendas de moeda estrangeira, intervindo apenas no mercado cambial através da referida

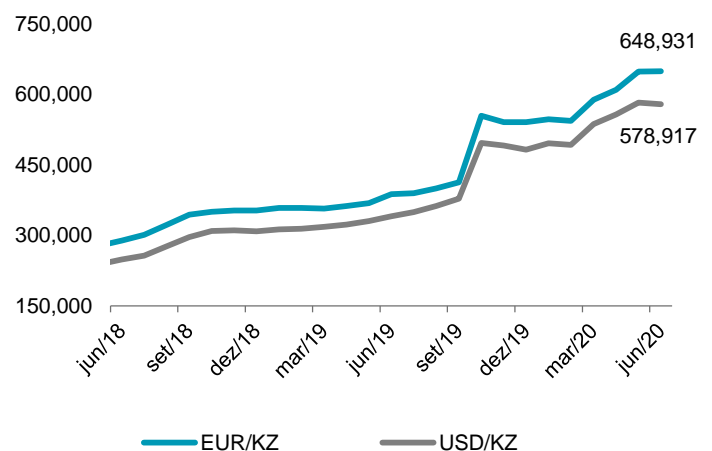
plataforma, comprando ou vendendo moeda estrangeira, conforme o caso, para efeitos de reforço ou redução das reservas internacionais ou de correcção da taxa de câmbio.

Gráfico 14 – Vendas de Divisas (Milhões USD)



Fonte: BNA

Gráfico 15 – Taxa de Câmbio



Fonte: BNA



O NOVO NORMAL DO MERCADO CAMBIAL

O mercado cambial em Angola tem registado relevantes desenvolvimentos nos últimos 2 anos, sobretudo na sua estrutura regulamentar de funcionamento, com a alteração do regime cambial, de fixo para um regime de preços flutuantes e uma maior liberalização das regras de movimentação de moeda estrangeira, verificando-se por parte do regulador do mercado, o Banco Nacional de Angola, a procura por uma melhor adequação das regras ao contexto económico-financeiro do país, e em linha com os objectivos definidos no Programa de Financiamento Alargado estabelecido com o FMI.

No IIº trimestre de 2020 registaram-se importantes alterações ao modelo de funcionamento do mercado, que podem originar a entrada de um “novo normal” do mercado cambial em Angola, no sentido de uma maior dinâmica de transaccionalidade, ou seja, a criação de um mercado mais líquido e com maiores operadores. Importa realçar que, a nível internacional, o mercado cambial é caracterizado pela elevada liquidez.

Dos vários desenvolvimentos verificados ao longo do IIº trimestre, realça-se a entrada em vigor, no dia 01 de Abril, do Instrutivo nº02/2020 que introduz um novo mecanismo de negociação para as operações cambiais realizadas pelas empresas do Sector Petrolífero com o sector bancário e nas operações cambiais realizadas entre os bancos comerciais (mercado interbancário), que passaram a ser realizadas por via da plataforma Bloomberg, líder mundial na indústria de informação sobre mercados financeiros (*Financial Markets Data*). A introdução deste mecanismo de negociação poderá contribuir para a adaptação do mercado cambial às práticas de referência internacional, bem como a possibilidade de passar a serem disponibilizadas mais informações sobre o desempenho do mercado em Angola, nomeadamente, sobre os volumes transaccionados e evolução das taxas de câmbio negociadas.

Adicionalmente, foi publicado, em Maio, o novo regime cambial aplicável ao sector diamantífero, que introduziu a adopção das mesmas regras aplicadas ao sector petrolífero, nomeadamente a obrigatoriedade das vendas das divisas resultantes da exportação de diamantes terem de ser realizadas por via da plataforma FXGO, da Bloomberg, o que deverá contribuir para o aumento do número de ofertantes no mercado cambial.

Paralelamente, em Junho foram introduzidas novas regras relativamente ao limite diário que uma instituição financeira bancária pode adquirir no mercado cambial por via da plataforma FXGO, com a publicação da Directiva nº02/2020 que segundo a qual, o limite diário do somatório dos lances dos bancos comerciais nos leilões de divisas e operações de compra e venda de moeda estrangeira não pode ultrapassar os 2,5% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR), ou seja, do capital próprio apurado de acordo com a regulamentação vigente. Importa ressaltar, que se um banco adquirir no mercado um valor superior ao seu limite diário, deve imediatamente proceder a venda do excedente no mercado interbancário, o que tem contribuído para a maior transaccionalidade no mercado entre os bancos com maior acesso aos operadores do sector petrolífero, e futuramente diamantífero e os restantes.

As alterações introduzidas e a maior interacção transaccional directa entre os participantes do mercado, poderá contribuir para uma maior volatilidade na taxa de câmbio e na sua determinação pelas forças de mercado, ou seja, pela dinâmica entre a procura e oferta. De acordo com os dados publicados pelo BNA, relativos aos meses de Abril e Maio, as taxas de câmbio praticadas pelo sector petrolífero na venda de moeda estrangeira ao sector bancário atingiram níveis muito superiores à taxa de câmbio de referência publicada pelo BNA, tendo em Maio a taxa máxima divulgada situado-se em 590,92 Kz (dado do dia 11 de Maio) por unidade de dólar, cerca de 5% abaixo da taxa máxima apurada nas negociações com as petrolíferas, o que sugere a existência de um relevante nível de procura no mercado.

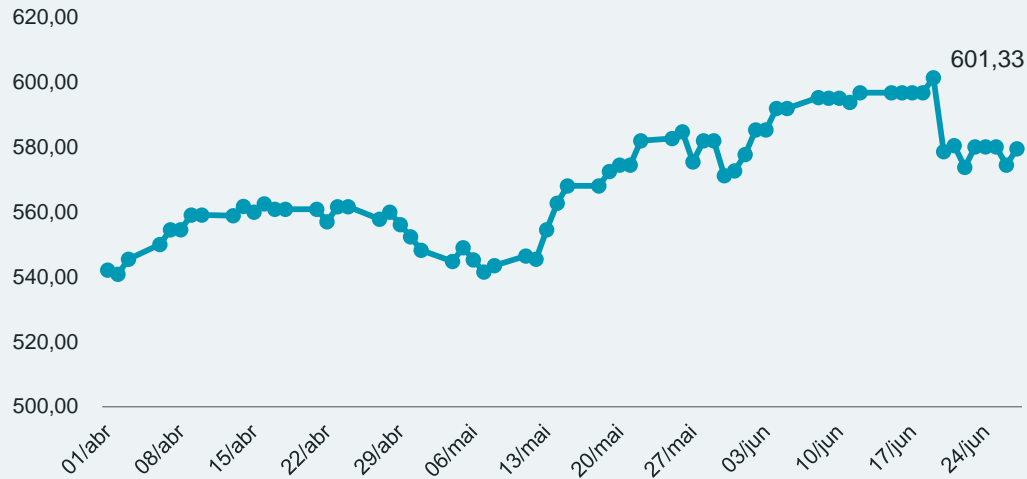
Operações Cambiais do Sector de Petróleo e Gás

MOEDA	MÊS	MONTANTE EFECTIVADO	TAXA MÍNIMA	TAXA MÁXIMA	TAXA MÉDIA PONDERADA	Nº TRANSACÇÕES
USD	Maio	126 544 300,24	539,782	671,580	623,109	41
USD	Abril	222.647.266,18	543,466	599,817	582,559	76

Fonte: BNA



Evolução da taxa de câmbio de referência (Abril - Junho)| USD/Kz



Fonte: BNA

Os desenvolvimentos introduzidos no mercado cambial poderão contribuir para a criação de um mercado cambial com maior liquidez, mais transparente e com práticas mais desenvolvidas e com maior profissionalização dos operadores de mercado. Perspectiva-se também uma nova dinâmica na descoberta do preço de mercado do AKZ face às principais contrapartes (USD e EUR). Contudo, a liberalização do mercado poderá também originar relevantes desafios, uma vez que face às limitações do lado da oferta, de moeda estrangeira, e existência de uma procura significativa, poderá ser verificada uma nova tendência de desvalorização da moeda nacional, com potencial impacto no preço dos bens e serviços importados e aumento esperado da inflação. O IIº semestre de 2020 poderá ser o período efectivo de teste ao novo normal do mercado cambial em Angola.

SABIAS QUE...

A Bloomberg LP é uma empresa de origem Norte— Americana que disponibiliza ferramentas de consulta e negociação em mercados financeiros, e dispõe também de serviços de media financeira (televisão, rádio e internet), posicionando como líder de mercado mundial na indústria de informação financeira.

A plataforma Bloomberg foi lançada em 1981, tendo introduzido uma ferramenta de conexão entre participantes dos mercados financeiros, bem como a disponibilização de informação económica e financeira em real-time, com equipas presentes em 160 países que garantem cobertura de suporte 24/7 aos clientes.

A plataforma de negociação electrónica da Bloomberg, FXGO, possibilita a execução de operações com moeda, à vista, a prazo, *swaps*, entre outras. O FXGO e o sistema de leilão da Bloomberg estão totalmente integrados com as ferramentas de dados, notícias, análises e comunicações disponíveis no Terminal Bloomberg. Mais de 40 países em todo o mundo usam o sistema de leilão da Bloomberg para automatizar o processo de licitação eletronicamente. O sistema oferece um ambiente seguro e protegido para emitir dívida e realizar operações de mercado aberto, incluindo intervenções de câmbio e leilões de recompra em uma única plataforma.



10. Mercado de Capitais

- As Obrigações do Tesouro continuam a predominar as negociações realizadas no mercado secundário de Dívida Pública, com uma quota muito perto dos 100%.
- A operacionalização dos Instrutivos nº06 e 09 contribuíram para a aceleração das transacções dos títulos de longo prazo, que durante o IIº trimestre de 2020 representou 42,46% do total negociado.

O montante transaccionado no mercado secundário, ao longo do IIº trimestre do na corrente, fixou-se em 339,02 mil milhões Kz. O nível apurado representa um incremento trimestral de 18% e cerca de 55,06% quando comparado com o período homólogo. Durante o período em análise, as Obrigações do Tesouro continuaram a predominar as negociações realizadas, com uma quota de 99,96%, em detrimento das negociações dos Bilhetes do Tesouro que representaram pouco mais de 0,04%.

Relativamente, as OT's destaca-se que as negociações das Obrigações Indexadas à taxa de câmbio corresponderam a 56,94% do total. O peso apurado no IIº trimestre de 2020 representa uma moderação de 17,37 p.p. face ao período anterior, o que poderá estar associada, por um lado, à moderação da depreciação da moeda nacional, reduzindo a apetência por instrumentos que assegurem o *hedging* contra a desvalorização do Kwana. Por outro lado, a operacionalização dos Instrutivos nº 06 e 09 do BNA, que disponibilizou uma Linha de Liquidez avaliada em 100 mil milhões Kz para a compra de títulos públicos (OT-NR) às empresas, por parte do BNA, contribuiu para o aumento do peso desta tipologia no montante transaccionado.

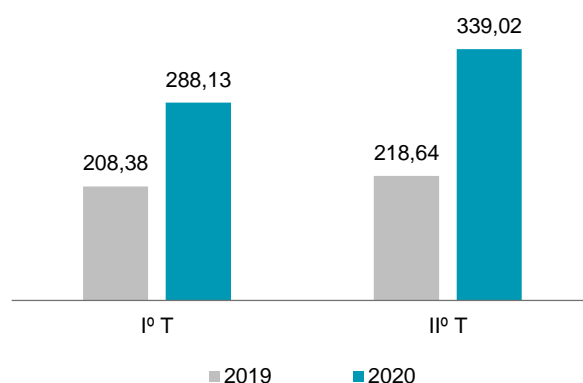
O número de negócios realizados no IIº trimestre apresentou um incremento de 32,98%. Ao longo do período em análise foram realizados 1.387 negócios, um aumento homólogo de 32,98%. As negociações interbancárias representaram cerca de 33,67%, ou seja, 467 transacções, sendo que a maior concentração foi verificada no mês de Junho, quando o número de negócios situou-se em 219. Destaca-se que 83,92% dos negócios realizados concentraram-se nas maturidades mais curtas, com realce para os vencimentos em 2021, com perto de 49,96%.

De Abril a Junho foram processados cerca de 264 eventos, uma aumento trimestral de 16%. Dos eventos processados 215 representaram ao pagamento de cupão e 49 aos resgates, tendo se registado também a liquidação de um pagamento de juros da Obrigações privadas. O montante financeiro resultante do processamento de eventos situou-se em 555,49 mil milhões Kz, um incremento de cerca de 105% face ao Iº trimestre.

Os agentes de intermediação financeira e as empresas representaram um total de 92,19% do montante negociado. No entanto, a análise das operações de

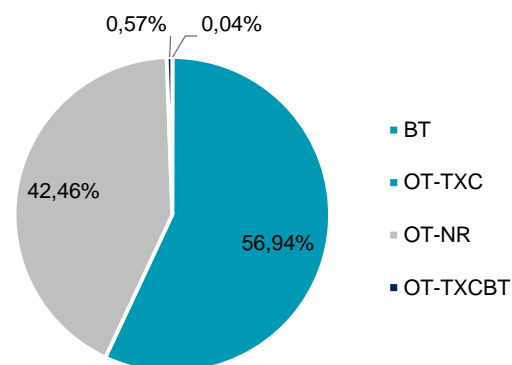
compra revela uma maior concentração sobre os intermediários financeiros (61%), enquanto no lado das vendas o destaque recaiu sobre as empresas (51,3%). Os clientes particulares, por sua vez, movimentaram 7,8% do montante total negociado, o que representa um incremento de 1 p.p. quando comparado ao trimestre anterior. Importa ressaltar que as empresas ligadas à Indústria Transformadora e ao sector do Petróleo e Gás foram as principais compradoras, com uma quota de 24,78% e 16,72%, respectivamente.

Gráfico 16 – Títulos do Tesouro IIº trimestre 2020| Mercado Secundário



Fonte: BODIVA, valores em Mil Milhões Kz

Gráfico 17 – Montante negociado por tipologia de valor mobiliário



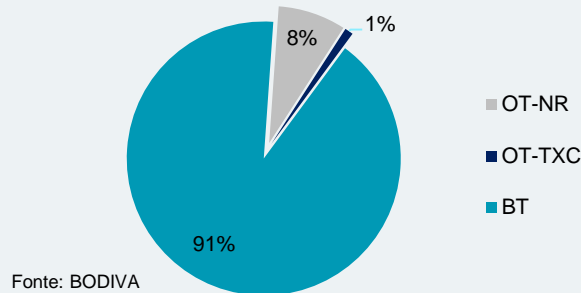
Fonte: BODIVA



VALORES MOBILIÁRIOS SOB CUSTÓDIA

Durante o IIº trimestre do ano corrente foi efectuado depósitos de Títulos do Tesouro de cerca de 33.911.824 títulos, o equivalente a 469 mil milhões Kz, sendo que 91% dos títulos correspondem aos Bilhetes do Tesouro, 8% Obrigações do Tesouro Não-Reajustáveis e 1% Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio. Importa ressaltar que face ao período homólogo registou-se uma redução de 82%, sendo que em comparação ao trimestre anterior verificou-se uma expansão de 844%.

Tipologia custodiada IIº trimestre



Paralelamente, no que concerne à Dívida Privada, a Central de Custódia de Valores Mobiliários (CEVAMA), durante o IIº trimestre do ano corrente assistiu-se a integração de quatro (4) novas emissões de Unidade de Participação. Os valores mobiliários representativos de emissões privadas totalizam cerca de 64.880.375 valores mobiliários, o equivalente a um valor financeiro de 74,97 mil milhões Kz.

Nos primeiros seis meses de 2020 a dívida privada e pública representaram 2% e 98% do montante custodiado pela CEVAMA, respectivamente.

SABIAS QUE...

A Central de Custódia de Valores Mobiliários (CEVAMA) é a entidade responsável por todas as actividades de pós negociação do mercado regulamentado de valores mobiliários em Angola, a saber:

- A compensação e liquidação física e financeira dos negócios;
- Processamento de eventos societários (juros, dividendos);
- Registo, depósito e guarda de valores mobiliários;
- Abertura, gestão e encerramento de contas.

Na CEVAMA as contas podem apresentar a seguinte segregação:

- Conta de custódia individualizada;
- Conta financeira junto do membro de liquidação, exclusiva para operações sobre valores mobiliários;

O **serviço de custódia** tem como base a guarda de valores mobiliários, bem como o registo e a manutenção da titularidade dos mesmos numa base individualizada, isto é, os sistemas implementados garantem a segregação patrimonial entre as posições dos intermediários financeiros e as dos seus clientes.

O **serviço de compensação** permite o reconhecimento das operações em mercado, possibilitando o cálculo das obrigações líquidas dos participantes, assim como as correspondentes alterações de titularidade de valores mobiliários que serão efectivadas no processo de liquidação, mitigando o risco de fraude quando comparado com acções em suporte físico.

As **liquidações** são processadas no dia útil após a negociação, para os instrumentos de dívida pública, ou no segundo dia útil posterior à negociação, para os demais valores mobiliários. Sendo que a liquidação física, isto é, a troca de titularidade dos valores mobiliários, é processada no sistema de gestão dos serviços de pós-negociação, SIMER Custódia.

Saiba mais na próxima edição, ATL valores para a vida

Fonte: BODIVA



11. Sector Bancário

- O processo de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA) de 13 bancos a operar em Angola, poderá ter se reflectido sobre o desempenho do sector bancário no IIº trimestre de 2020.
- Os indicadores de solidez financeira do sector bancário, com dados disponíveis até 31 de Maio de 2020, apontam para um rácio do crédito mal parado de 34,5%.

A Avaliação da Qualidade dos Activos impactou o desempenho do sector bancário no IIº trimestre de 2020. O resultado da avaliação revelou que o sistema bancário encontra-se globalmente robusto, apesar de o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Económico (BE) concentrarem cerca de 96% das necessidades de recapitalização do sector face aos requisitos mínimos regulamentares em vigor, com referência a 31 de Dezembro de 2018. Adicionalmente, a autoridade monetária apelou aos bancos a efectuarem os devidos ajustamentos, bem como a avaliação das necessidades de capitalização adicional, com objectivo de garantir o cumprimento dos limites prudenciais estatuidos na regulamentação em vigor até ao dia 30 de Junho de 2020.

O rácio do crédito mal parado fixou-se de 34,5% em Maio. O nível representa uma redução mensal de 0,41 p.p., mas um agravamento de 5,1 p.p. face ao período homólogo, o que sugere por um lado, os ajustamentos dos bancos comerciais em consequência dos resultados do AQA, por outro, a contínua degradação da capacidade da economia gerar riqueza – medida pelo PIB real - que segundo dados divulgados pelo INE contraiu 1,8% em termos homólogos no Iº trimestre. Assim sendo, o cumprimento do serviço da dívida dos agentes económicos contraída junto da banca nacional torna-se cada vez mais desafiante.

A Rendibilidade do sector bancário medida pela utilização dos Activos (ROA) e do Capital (ROE) invertem tendência negativa de Abril e crescem em Maio último. Para o caso do ROA o registo foi de 0,69%, uma melhoria quando comparado ao nível negativo de 0,12% de Abril, um cenário igualmente captado aquando da utilização e gestão dos capitais próprios que depois do desempenho negativo de 1,22% de Abril fixou-se em 0,06% em Maio de 2020. A contribuir para os resultados historicamente baixos do sistema esteve a avaliação e adequação da carteira dos activos dos bancos, o que veio a reflectir-se sobre a eficiência operacional do sistema bancária, medida pelo rácio *cost-to-income*, que em Maio fixou-se em 44,22%, um aumento mensal de 1,7 p.p..

O total dos activos do sistema bancário situou-se em 19.786 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020. O montante representa um incremento trimestral de cerca de 2,7%, o que terá sido justificado incremento da carteira de Títulos de dívida em 19% para 6.377 mil milhões Kz, apesar da redução dos Empréstimos em 12,4%.

Os prazos de análise dos pedidos de crédito

rececionados pelos bancos comerciais foram flexibilizados. A medida que foi divulgada através do Instrutivo nº 07/2020 de 20 de Abril sobre a concessão de crédito, avança que os créditos para os projectos de Investimento agrícola, por exemplo, os bancos terão um prazo de 40 dias úteis para comunicar a decisão ao cliente final, 15 dias para os crédito a particulares não hipotecários e 30 dias para crédito à habitação.

O capital e reservas do sistema bancário ascendeu os 1.990 mil milhões Kz em Junho de 2020. O montante representa um incremento trimestral de cerca de 40,51% e de aproximadamente 23% face ao período homólogo, tal como o maior registo da série histórica do BNA com início em 2011. Relativamente ao Rácio de Solvabilidade, o indicador fixou-se em 21,63% até Maio de 2020, cerca de 11,63 p.p. acima do mínimo exigido pela autoridade monetária.

Tabela 5 - Indicadores de Solidez Financeira (%)

Adequação de capital	mai-18	mai-19	mai-20
Rácio de Solvabilidade ≥ 10%	22,1	24,32	21,63
Rácio de Solvabilidade ≥ 8,5%	16,8	20,64	17,61
Qualidade dos activos			
Crédito Vencido Mal Parado	32,7	29,4	34,5
Rentabilidade			
ROA	2,8	1,54	0,69
ROE	18,0	8,42	0,06
Custos Totais/Proveitos Totais	99,4	99,92	0,40
Cost-to-income	25,2	40,46	44,22
<i>Spread</i>	22,1	21,95	20,24
Taxa de Depósitos de poupanças	3,1	4,23	6,07
Margem financeira	40,4	59,68	56,24
Liquidez			
Activos Líquidos/Activo Total	40,7	22,79	26,28
Activos Líquidos/Passivo de curto prazo	28,9	29,09	31,37
Crédito Total/Depósitos Totais	50,6	44,09	40,8
Passivo ME/Passivo Total	40,2	45,82	55,78
Sensibilidade e Mutação do Mercado			
Exposição Cambial aberta líquida	57,6	32,16	22,26

Fonte: BNA



O DESEMPENHO DA BANCA NACIONAL

A propagação da COVID-19 tem afectado de forma significativa o desempenho dos principais sectores de actividade económica nacional, e de modo muito particular, o sector bancário. Neste contexto, os indicadores de solidez financeira do sector bancário divulgados pelo BNA, apontam que em Abril de 2020, a Rendibilidade dos Activos (ROA) e do Capital Próprio (ROE) apresentaram resultados negativos na ordem dos -0,12% e -1,22%, respectivamente. No mês seguinte, os indicadores registaram melhorias modestas ao situarem-se em 0,69% e 0,06%.

Assim, de modos a obter uma apreciação próxima dos impactos da pandemia sobre a performance da actividade bancária, o Research Atlantico procurou avaliar os resultados de cinco dos maiores bancos que operam no sistema financeiro nacional, nomeadamente, o Banco Millennium Atlantico (ATL), Standard Bank Angola (SBA), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Angolano de Investimentos (BAI) e o Banco Internacional de Crédito (BIC).

De acordo com os Balancetes Trimestrais dos principais bancos, os activos fixaram-se em 9.736,6 mil milhões Kz no IIº trimestre de 2020, o que representa um incremento de 4,28% quando comparado ao período anterior, o que terá sido suportado pelo crescimento das operações cambiais que foram cerca de 13 vezes superiores em relação aos primeiros três meses do ano. O BAI, apesar de ter visto os seus activos reduzirem-se em 2,21% para 2.836,8 mil milhões Kz reforçou a posição de maior banco de Angola em termos de activos, seguidos pelo BFA com 2.526,3 mil milhões Kz (+10,98%), o BIC com 1.914,1 mil milhões Kz (+2,45%), o ATL com 1.763,5 mil milhões Kz (+8,87%) e o SBA com pouco mais de 659.719 milhões Kz (+3,56%).

Relativamente a carteira de crédito a clientes, em termos acumulados, os bancos em análise somaram cerca de 1.920,3 mil milhões Kz até Junho de 2020, um crescimento de 1,85% face ao trimestre anterior. O BIC, para além de apresentar a maior carteira de crédito, registou a maior variação durante o período (+5,24%). Na segunda posição surge o SBA (+25,36%), seguido do ATL (+1,18%), BFA (-0,15) e do BAI (-5,5%), respectivamente. Ou seja, os dois maiores bancos em termos de activo, não foram os que mais financiaram a economia no IIº trimestre de 2020.

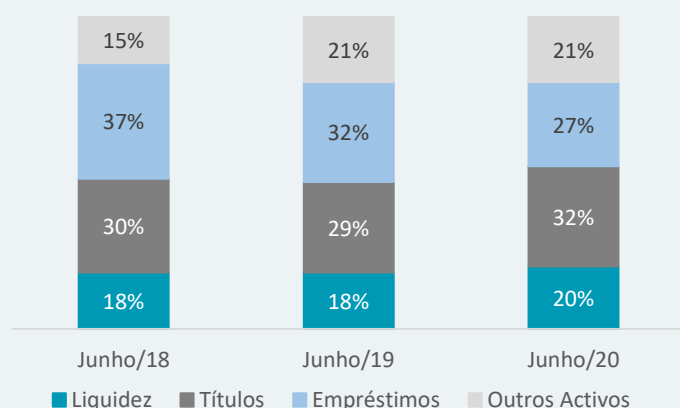
As elevadas necessidades de financiamento do Estado angolano para custear as despesas públicas previstas pelo Governo, conduziram ao aumento da carteira global dos Títulos e Valores Mobiliários dos cinco bancos em 7,31% para 4.079,5 mil milhões Kz. Neste segmento, o BFA e o BAI foram responsáveis por 58%, o equivalente a 2.371,5 mil milhões Kz, da liquidez captada pelo estado junto dos bancos em questão. Individualmente, o BFA registou um aumento de 13,97% ao ascender o montante de 1.187,5 mil milhões Kz, enquanto que o BAI, até Junho de 2020, viu a sua carteira a fixar-se em 1.183,9 mil milhões Kz. O BIC aumentou a sua carteira em 4,81% para 859.646,7 milhões Kz. Quanto aos restantes bancos, a tendência foi divergente, com o SBA e o ATL, por exemplo, a desacelerarem os seus investimentos em dívida pública na ordem dos (-13,1%) e (-1,1%), em cada caso.

Os Depósitos, até ao IIº trimestre do corrente ano, continuaram a ser os principais responsáveis pela composição da estrutura de Passivos dos bancos. Durante o horizonte temporal considerado, os passivos aumentaram em 36,63% ao situarem-se em 8.236,1 mil milhões Kz, com os depósitos a ascenderem os 7.662,7 mil milhões Kz (+4,58%). Vale destacar que os depósitos representaram cerca de 93% do total do passivo das instituições financeiras analisadas, o que por um lado, reforça o compromisso destes definirem políticas internas de captação de clientes, por outro lado, coloca os bancos numa posição de excessiva exposição o que poderia reflectir-se sobre margens financeiras e complementares, uma vez que os bancos utilizam os recursos dos seus clientes para ceder crédito e proceder a outros investimentos.

De acordo com os balancetes trimestrais, o resultado líquido dos cinco bancos analisados pelo Research Atlantico, ascendeu os 173.319,8 milhões Kz, o que representa um incremento trimestral de 47,1%. A contribuir para este resultado esteve o BFA que durante o período, representou cerca de 42% do montante verificado, mas foi o ATL que registou a maior variação (+823,4%), procedido do próprio BFA (+109,4%), SBA (+89,3%), BIC (+67,3%) e o BAI (-24%). Em termos gerais, o BAI registou o pior desempenho ao longo do IIº trimestre, tendo em conta ao comportamento de rúbricas como Activos, Crédito, Passivos e Resultado Líquido. A única rúbrica em que o BAI não foi o último classificado foi a dos depósitos, uma posição ocupada pelo BIC.

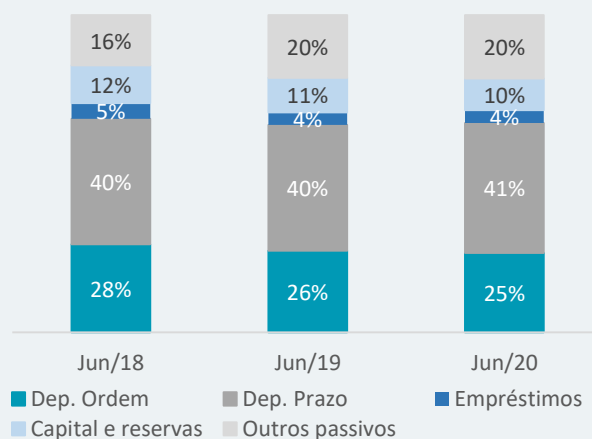
Contudo, com o intensificar da propagação da COVID-19, bem como a possibilidade da economia voltar a contrair em 2020, deverá impor desafios adicionais aos bancos comerciais. Assim sendo, nos próximos tempos, a estratégia dos bancos passará pela atracção do maior número de clientes pela via dos depósitos; melhorar a eficiência operacional, quer pela redução dos custos operacionais mediante a utilização de novas tecnologias, ou pelo aumento das receitas; e apoiar o processo de diversificação da economia nacional.

Composição do Activo



Fonte: BNA

Composição do Passivo



Fonte: BNA



12. Indicadores Sociais

- O Governo pretende reduzir a incidência da pobreza no país para 25% até 2022.
- A taxa de desemprego voltou a aumentar no 1º trimestre de 2020 ao se fixar em 32% acima dos 31,8% do IVº trimestre de 2019.

Os objectivos do PND 2018-2022 foram reestruturados.

O Executivo reviu alguns dos objectivos constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 de modos a conformá-lo ao actual contexto macroeconómico que se apresenta substancialmente diferente daquele em que os objectivos foram fixados. Com efeito, dos programas e metas elaborados pelo Executivo no quadro do PND foram reduzidos de um total 84 para 70, para os próximos dois anos. De acordo a nota, o ajustamento poderá contribuir para uma melhor aplicação e acompanhamento dos programas, fundamentalmente, nas questões de âmbito social o que poderá contribuir para uma maior eficiência dos mesmos.

O Governo pretende reduzir a incidência da pobreza até 2022.

O Governo pretende reduzir a taxa dos actuais 41% para 25% entre 2020 e 2022. Para tal, o Executivo está a operacionalizar as transferências monetárias directas para um milhão e 600 mil famílias, que tiveram início no mês de Maio, com a transferência mensal de 8.500 Kz por mês. Paralelamente, o Executivo apresentou o Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar avaliado em 361,9 mil milhões Kz que poderá ser implementado nos próximos dois anos, o que poderá contribuir na redução da insegurança alimentar, que atinge perto mais de 7,4 milhões de pessoas.

A taxa de desemprego do 1º trimestre fixou-se em 32%, um incremento de trimestral de 0,2 p.p..

Segundo dados do INE, a procura de emprego cresceu 1,6% no 1º trimestre de 2020 face ao período anterior, o equivalente a 159,3 mil novos postos de trabalho. Por outro lado, o número da população desempregada fixou-se em 4,7 milhões pessoas, um aumento trimestral de 2,3%. Adicionalmente, a taxa de actividade global na economia fixou-se em 89,2% (+0,7 p.p.), enquanto a taxa de participação dos jovens na força de trabalho reduziu 5,5 p.p. para 83%.

A taxa de desemprego na Zona Rural ascendeu os 12,6% no 1º trimestre.

As taxas de desemprego fixaram-se em 12,6% para a Zona Rural e 45,3% para a Zona Urbana, o desempenho representa uma redução e aumento de 4,4 p.p. e 2,7 p.p., respectivamente. A diferença significativa na distribuição espacial do desemprego entre as Zonas Rural e Urbana, poderá reflectir, por um lado, a criação de emprego na Zona Rural, principalmente no sector agrícola, sendo que neste período a taxa de emprego na Zona Rural fixou-se em 81,6% e na Zona Urbana situou-se em 47,3% um aumento e redução de 4,7 p.p. e 1,8 p.p., em cada caso.

A despesas no OGE Revisto para o sector social reduziram em 5,9%.

O desempenho resulta da queda na dotação alocada à Protecção Social que reduziu 20,5% para 422,7 mil milhões Kz, sendo que o montante representa 3,1% do OGE R 2020 e 1,3% do PIB, uma redução de 0,2 p.p., enquanto o peso relativo sobre o PIB manteve-se inalterado. A queda poderá ser explicada pela necessidade de melhoria das despesas alocadas ao sector. De forma geral, o sector social beneficiará de 17,9% do total das despesas previstas no OGE R 2020, o equivalente a 7,6% do PIB. A dotação alocada ao sector da Saúde e Educação no OGE R 2020 representa um aumento de 2,4% e 2,9% respectivamente, passando a representar 6,1% e 6,5% do OGE R 2020. Relativamente ao peso no PIB, as duas rubricas fixaram-se em 2,6% e 2,7%, em cada caso.

O Governo decidiu aumentar as despesas com o combate a malária em mais 3 mil milhões Kz.

A decisão que consta do OGE R 2020 deverá contribuir para a melhoria das condições de tratamento da doença no país. Paralelamente, Angola receberá, nos próximos três anos, do Fundo Global, perto de 82,6 milhões USD para combater o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária, sendo a última, a principal causa de mortes no país, que até Março de 2020 já causou a morte de mais de 2,5 mil pessoas.

Tabela 6 – Despesas sociais 2020, em mil milhões Kz

Rubricas	2020	2020 R	Var. %	% OGE R	% PIB 2020
1. Sector Social total	2564	2413,6	-5,87	17,94	7,57
1.1 Educação	845,9	870,2	2,87	6,47	2,73
1.2 Saúde	797,3	816,7	2,43	6,07	2,56
1.3 Protecção Social	531,5	422,7	-20,47	3,14	1,33
1.4 Habitação e serviços Comunitários	344,5	243,7	-29,26	1,81	0,76
1.5 Recreação, Cultura e Religião	28,6	47	64,34	0,35	0,15
1.6 Protecção Ambiental	16,2	13,4	-17,28	0,10	0,04

Fonte: OGE R 2020



13. Ambiente de Negócios

- Nos primeiros três meses do ano a captação de IDE contraiu 18,1% ao se fixar em 1,559 mil milhões USD, reflexo da queda na captação do IDE no sector petrolífero.
- A classificação do país no ranking *Doing Business* do Banco Mundial recuou quatro posições em 2020 ao se fixar na posição 177.

A classificação de Angola no *Doing Business* referente ao ano de 2019 caiu quatro posições. A classificação fixou-se em 177^a, numa avaliação de 190 países, o que representa uma redução de 4 posições face a classificação de 2018. Dos 10 critérios avaliados pelo BM o país registou melhorias em dois – Obtenção de licença de construção e o registo de Propriedade -, enquanto no critério de Abertura de Empresas registou uma redução quando comparada à classificação do ano anterior. Os demais critérios tiveram as suas classificações inalteradas quando comparadas ao ano anterior. Destaca-se que o Executivo mantém o objectivo de até 2022 o país subir 15 posições no *ranking do Doing Business* do BM a contar da classificação de 175 referente a 2018.

A resolução de contratos e a concessão de créditos continuam a penalizar o ambiente de negócios. Os principais indicadores que penalizaram na classificação do país a “Resolução de Contractos” e a “Obtenção de Créditos”, destacam-se ao fixarem-se na 186^a e 185^a posição, respectivamente, entre os 190 países avaliados. Para o primeiro critério, a Resolução de Contratos, a demora e as decisões judiciais penalizaram a classificação do país, ao se fixar abaixo da média da África Subsariana de 49,6 pontos. Para o segundo caso, o acesso a informações sobre as condições do crédito e a não utilização de bens imóveis como colaterais nas concessões de créditos penalizou o desempenho do critério que se fixou em 5 pontos, igualmente abaixo da média da África Subsariana (45,2 pontos). Em termos regionais, a classificação do país fica abaixo dos 65 pontos da Tanzânia e da Namíbia e da África do Sul, ambos com 60 pontos. Destaca-se que o Executivo submeteu à discussão e aprovação da nova Lei das Garantias Mobiliárias, o que se aprovado poderá contribuir na melhoria na obtenção de crédito e no ambiente de negócios no país.

O Clima Económico registou redução no 1º trimestre de 2020. O ICE que representa as expectativas dos investidores sobre o desempenho da economia no curto prazo fixou-se -16 pontos no 1º trimestre de 2020, que representa uma redução trimestral de 12 pontos, com os sectores da Construção (-20 pontos), Comércio (-13 pontos) e Indústria Transformadora (-13 pontos), apresentaram o desempenho mais desafiante ao se fixaram em -48, -43 e -24 pontos, respectivamente. Os principais constrangimentos prendem-se pela insuficiência da procura, os preços de venda elevados e avarias mecânicas. Analogamente, o sector da Comunicação representa o único que mantém um desempenho positivo desde o IIIº trimestre de 2016, quando se fixou em 9 pontos, sendo que fixou-se em 28 pontos no 1º trimestre do

ano corrente.

O stock de IDE no país fixou-se em 18,6 mil milhões USD em 2019. O nível representa uma redução de 21,5% face ao nível de 2019, reflexo dos desinvestimentos do sector petrolífero em decorrência dos desafios estruturais do sector e da queda do preço do barril do petróleo nos mercados internacionais. O *stock* registado, se comparado ao nível de 2010, que esteve fixada em 32,458 mil milhões USD, representa uma queda de 42%, mas acima dos 7,977 mil milhões USD apurados em 2000.

A captação de IDE contraiu 18,1% no 1º trimestre de 2020 em termos homólogos. O montante apurado fixou-se em 1.559 milhões USD, segundo dados dos BNA. A redução deriva do desempenho do IDE do sector não petrolífero que contraiu 74,1% e do sector petrolífero que recuou 13% ao se fixarem em 1.522 milhões USD e 36,5 milhões USD, respectivamente. Durante o período em análise, registou-se uma saída de IDE avaliado em 1.821 milhões USD, uma redução de 34% face ao período homólogo. Destaca-se que o BNA publicou em Dezembro último o Aviso nº 15/2019, que versa sobre a abertura da Conta Financeira e Capital com vista facilitar a movimentação de capitais do país com o resto do mundo. Paralelamente, a CMC apresentou o Guia de Investimento do Mercado de Valores Mobiliários para Investidores Não Residentes Cambiais, o que poderá contribuir na atracção de novos investimentos externos de carteira para o país.

Tabela 7 – *Doing Business* 2020, em pontos

Indicadores	Ranking	África Subsariana	Angola
Classificação	177	-	41,3
Abertura de empresa	146	80,1	78,4
Licenças de Construção	120	58,5	65,3
Obtenção de eletricidade	156	50,4	54,1
Registo de Propriedade	167	53,6	43,3
Obtenção de crédito	185	45,2	5
Proteção de pequenos investidores	147	38,5	32
Pagamento de taxas	106	57,8	69,5
Comércio externo	174	53,6	36,2
Resolução de contrato	186	49,6	28,1
Resolução de insolvência	168	31,3	0

Fonte: *Doing Business*, Banco Mundial, 2020



14. Outras Economias Africanas

- A África Subsariana deverá contrair 1,7% em 2020, segundo previsões do BAD, o que representa uma revisão em baixa de 5,6 p.p. face às expectativas de Janeiro feitas pela mesma instituição.
- A entrada de IDE para o continente africano poderá contrair entre 25% e 40% em 2020, de acordo às estimativas da UNCTAD, como reflexo da propagação da COVID-19.

A economia da África poderá contrair 1,7% em 2020, segundo dados do BAD. As perspectivas avançadas representam uma revisão em baixa de 5,6 p.p. face às estimativas de Janeiro de 2020. O desempenho poderá ser reflexo da redução dos fluxos financeiros externos, nomeadamente com a contracção nas remessas que em 2019 se fixaram em 86,2 mil milhões USD acima dos 82,8 mil milhões USD de 2018, do investimento externo e da redução das receitas em sectores como o turismo. De acordo com as projecções do BAD, o continente poderá perder entre 145,5 e 189,7 mil milhões USD entre 2020 e 2021 em virtude da propagação da COVID-19. As perspectivas apontam que as quedas poderão ser mais profundas nos países com um sistema de saúde mais débil, com relativa dependência ao turismo e às exportações e, em particular, nas exportações de *commodities*. O desempenho previsto poderá levar mais de 453,4 milhões de africanos para a extrema pobreza em 2020 acima dos 425,2 milhões previsto no período antes COVID-19.

O montante do IDE para o continente poderá reduzir entre 25% e 40% em 2020, segundo a UNCTAD. O desempenho deverá reflectir os desafios que a propagação da COVID-19 está a impor às economias africanas, e poderá situar-se muito abaixo dos 45,9 mil milhões de IDE apurados em 2019. Em termos regionais, em 2019, a África do Norte manteve-se como o principal destino dos IDE em África, apesar do crescimento ter reduzido 11% ao se fixar em 14 mil milhões USD. Para África Central, o IDE diminuiu 7,08% para 8,702 mil milhões USD. Paralelamente, a região da África Austral apresentou um incremento de 23% para 4,360 mil milhões USD, sendo que a região Oriental a redução fixou-se 9,15% para 7,756 mil milhões USD. A região Ocidental de África viu o IDE contrair em 20,76% ao se situar em 10,870 mil milhões USD.

A economia da Nigéria registou um crescimento de 1,87% em termos anualizados no 1º trimestre de 2020. O desempenho representa uma desaceleração se comparado com o crescimento de 2,55% do período anterior, reflexo da desaceleração apurada no sector petrolífero 1,55%, contracção do comércio interno em -2,82%, dos serviços de acomodação e restauração, -2,99%. Paralelamente, a taxa de inflação de Junho fixou-se em 12,56% acima dos 11,98% do fecho de 2019. Contudo, o Banco Central decidiu reduzir a taxa de juro básica em 1 p.p. ao se situar em 12,5%. Destaca-se que o montante do IDE em 2019 fixou-se em 3,299 mil milhões USD, uma redução anual de cerca de 48%.

A taxa de crescimento anualizada da África do Sul 1º trimestre fixou-se em -0,1%. A contracção compara com o desempenho negativo de 0,5% do período anterior, sendo o reflexo da desaceleração do sector mineiro (-4,5%), manufactura (-3,5%) e construção (-5,3%). O BAD reviu em baixas as perspectivas de crescimento do país e estima uma contracção de 5% em 2020 acima dos 2% das estimativas anteriores. A taxa de inflação fixou-se em 2,2% em Junho abaixo dos 4% do fecho de 2019, o que contribuiu para a redução da taxa de juro básica do Banco Central em 2,5 p.p. para 3,75% em Junho, numa conjuntura em que a taxa de desemprego manteve-se acima de 30%. Destaca-se o IDE apurado no país em 2019 fixou-se em 4,624 mil milhões USD, uma redução de 15,16%, segundo dados da UNCTAD.

A taxa de crescimento do Quênia referente ao 1º trimestre 2020 fixou-se em 4,9%. O desempenho da economia representa uma desaceleração de 0,6 p.p. face ao período anterior, reflexo da queda nos serviços de acomodação e restauração (-9,3%) fundamentalmente. Paralelamente, o sector mineiro cresceu 9,5% acima dos 0,3% anteriores, e a agricultura cresceu 4,9% acima dos 4% do período anterior. Até Junho de 2020 a taxa de inflação fixou-se em 4,36% abaixo dos 5,78% do final de 2019, o que terá contribuído para a decisão do Banco Central de reduzir a taxa de juro básica de 8,5% em Dezembro de 2019 para 7% em Junho de 2020. Enquanto isso, a taxa de desemprego fixou-se em 4,9% em Abril, o mesmo nível do fecho de 2019. Destaca-se que o IDE apurado em 2019 fixou-se em 1,332 mil milhões USD, uma redução de 18,08% face ao ano anterior.

Tabela 8 – IDE por região de África, em milhões USD

Sub-Regiões de África	2018	2019	%
África Ocidental	13 717,00	10 870,00	-20,76%
África Austral	3 560,00	4 360,00	22,47%
África do Norte	15 398,00	13 679,00	-11,16%
África Central	9 365,00	8 702,00	-7,08%
África Oriental	8 537,00	7 756,00	-9,15%
Total	50 577,00	45 368,00	-10,30%

Att. O aumento do IDE para a região da África Austral em 22,47% é reflexo do desinvestimento apurado em Angola em 36,52%. Excluído o IDE de Angola, o montante da região em 2019 fixou-se 8,459 mil milhões USD, uma redução de 15,55% face ao ano anterior.

Fonte: UNCTAD: Reporte sobre o Investimento, Junho 2020.



15. Anexos

Anexo 1 – Taxa de Inflação (%)

Classes	Peso	2018				2019				2020	
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2
01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	44,0	0,8	1,2	1,3	1,6	1,3	1,2	1,4	1,9	1,5	2,6
02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	2,7	0,6	1,3	1,4	2,0	1,1	0,9	1,5	1,9	1,1	2,3
03. Vestuário e Calçado	6,5	1,7	1,5	1,9	1,8	1,1	0,9	1,7	1,7	1,0	1,1
04. Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis	12,5	0,6	1,1	6,9	0,9	0,4	1,2	2,0	0,4	0,7	0,8
05. Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção	6,0	1,6	1,1	1,4	1,4	1,3	1,3	1,4	1,7	1,0	1,4
06. Saúde	3,4	1,9	1,3	1,5	1,5	1,3	1,4	1,8	1,3	0,9	1,9
07. Transportes	7,9	1,1	0,8	0,7	0,6	0,2	0,5	1,5	1,5	0,8	1,0
08. Comunicações	3,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
09. Lazer, Recreação e Cultura	2,2	1,7	1,6	1,2	1,3	1,3	1,7	1,8	1,4	1,3	0,6
10. Educação	2,5	5,2	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	3,0	1,4	1,2	1,5	1,7	1,3	1,0	1,6	1,9	1,0	2,4
12. Bens e Serviços Diversos	6,0	3,0	1,4	1,3	1,7	1,4	1,0	1,5	1,5	1,1	1,7
Índice Geral	100,0	1,3	1,2	1,7	1,4	1,11	1,10	1,51	1,58	1,67	1,9

Fonte: INE

Anexo 2 – Indicadores monetários e cambial

INDICADORES	2017	2018		2019			2020			
	Dez	Nov	Dez	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Março	Junho
TAXA DE CÂMBIO (MÉDIA)										
USD/Kz	165,9	310,5	308,6	362,0025	378,0295	496,6355	491,248	482,227	536,7	578,917
EUR/Kz	185,4	352,6	353	399,7225	412,827	554,096	540,6175	540,817	588,6	648,931
TAXA DE JURO CRÉDITO (181 D A 1 ANO %)										
Empresas										
Moeda Nacional	16,12	19,28	33,81	18,5	20,14	16,08	18,75	22,06	16,48	19,83
Moeda Estrangeira	8,45	9,5	14	n.d.	12	n.d.	n.d.	10	10	10
PARTICULARES										
Moeda Nacional	17,7	16,1	20,51	20,03	19,11	19,73	18,62	19,83	21,1	17,25
Moeda Estrangeira	10,48	20	14	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	10	n.d.
TAXA DE DEPÓSITOS (181 D A 1 ANO %)										
Moeda Nacional	4,28	8,35	8,23	7,97	6,27	8,24	7,85	8,83	8,54	9,87
Moeda Estrangeira	2,51	1,96	2,26	1,93	1,8	1,9	2,49	2,47	1,72	1,66
Agregados Monetários (Kz)										
M1	3.732,10	3.957,60	4.089,10	4.692,04	4.375,85	4.940,72	5.074,52	4.939,36	5.232,30	5.407,68
M2	6.517,60	7.946,20	7.844,40	8.764,63	8.730,79	10.248,115	10.220,31	10.214,36	10.502,50	10.896,38
M3	6.521,70	7.950,90	7.853,80	8.771,14	8.737,44	10.255,37	10.227,62	10.219,11	10.507,40	10.901,13 ¹⁰
Taxa Básica (End Period, %)	18	16,5	16,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5
Taxa Inflação (End Period, Y/Y,%)	26,26	17,77	18,21	17,9	16,52	16,46	16,57	17,06	19,03	21,78
Reservas Internacionais (Milhões USD)	13.343,4	11.902,10	10.636,10	10.807,78	10.102,22	10.180,22	12.362,40	11.711,76	10.932,15	10.391,47
Produção Petrolífera (MB/D)	1,63	1,5	1,49	1,39	1,4	1,36	1,28	1,41	1,4	1,224

Fonte: BNA, OPEP, INE



15. Anexos

Anexo 3 – Indicadores Económicos de Países da África Subsariana

PAÍSES	POPULAÇÃO (Milhões)	PIB (%)		PIB NOMINAL (Mil Milhões USD)		PIB PER CAPITA (USD)		DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)		BALANÇA CORRENTE (%PIB)		INFLAÇÃO (%)	
		2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
ANGOLA	31,0	-0,3	1,2	91,5	89,0	3.038,0	2.867,5	95,0	89,9	0,9	-0,7	17,00	12,00
ÁFRICA DO SUL	59,7	0,7	1,1	358,8	369,9	6.100,4	6.193,2	59,9	60,3	-3,1	-3,6	4,70	5,30
CONGO	2,4	3,5	4,3	18,7	19,7	7.859,2	8.116,2	12,3	12,0	-3,0	-1,0	2,75	3,48
REP. DEM. CONGO	100,8	4,3	3,9	49,0	51,6	5.00,6	5.11,6	13,5	11,6	-3,4	-4,2	5,50	5,00
GANÁ	30,8	7,5	5,6	67,1	69,8	2.223,4	2.266,4	63,8	63,5	-3,6	-3,8	9,33	9,00
MAURÍCIA	1,3	3,7	3,8	14,4	14,9	11.360,7	11.720,6	68,7	69,4	-7,2	-6,5	2,02	2,65
MOÇAMBIQUE	32,0	1,8	6,0	15,1	16,7	484,4	521,8	108,8	106,8	-58,0	-66,7	8,50	6,50
NAMÍBIA	2,5	-0,2	1,6	14,4	14,9	5.842,1	5.963,0	49,2	50,9	-4,1	-2,3	4,80	5,50
NIGÉRIA	206,1	2,3	2,5	446,5	494,8	2.222,0	2.400,5	29,8	31,4	-0,2	-0,1	11,68	11,68
TANZÂNIA	58,0	5,2	5,7	62,2	67,2	1.104,8	1.159,3	37,7	38,2	-4,1	-3,6	4,14	4,33
QUÊNIA	50,7	5,6	6,0	98,6	109,1	1.997,5	2.151,5	61,6	61,3	-4,7	-4,6	6,21	6,25
ZÂMBIA	18,9	2,0	1,7	23,9	23,3	1.307,0	1.236,2	91,6	95,5	-3,6	-3,4	12,00	8,00
ZIMBABWE	15,2	-7,1	2,7	12,8	12,9	860,0	847,2	17,7	15,1	-0,5	-2,5	182,92	9,43

Fonte: FMI



Outras Publicações

NEWSLETTER
DAILY

NEWSLETTER
OIL & GAS

NEWSLETTER
PRIVATE

NEWSLETTER
WEEKLY

NEWSLETTER
CORPORATE

Reporte
**ANGOLA 30
DIAS**

Para ter acesso às Outras Publicações visite:

www.atlantico.ao/pt/institucional/research/pages/home.aspx



Contactos

FALE COM A NOSSA EQUIPA

Anta Bandola
Research Analyst
anta.bandola@atlantico.ao

Joyce Domingos
Research Analyst
joyce.muturi.domingos@atlantico.ao

Rúben Ramos
Research Analyst
ruben.joaquim.ramos@atlantico.ao

Wilson Chimoco
Research Analyst
Wilson.sila.chimoco@atlantico.ao

RESEARCH ATLANTICO

E-mail: research@atlantico.ao | Tel: 226 432 445 | 923 169 045

DISCLAIMER:

Este documento foi criado com informações de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. O conteúdo deste documento não representa recomendação para investir, alienar ou manter investimento em qualquer acção descrita ou qualquer outra e não pode ser considerada uma oferta, convite ou solicitação para comprar ou vender activos acima mencionados. Este documento não deve ser usado para avaliar os activos descritos e o ATLANTICO não pode ser responsabilizado por qualquer perda directa ou potencial resultante da utilização deste conteúdo. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do ATLANTICO nos mercados referidos. A reprodução, total ou parcial, desta publicação é permitida, desde que a fonte esteja claramente identificada.

This document was created with information from sources considered to be reliable, but its accuracy may not be completely guaranteed. The content of this document does not represent a recommendation to invest, divest or hold investment in any asset herewith described or any other asset, and it may not be considered an offer, invitation or solicitation to purchase or sell the assets mentioned above. This document should not be used to evaluate the assets herewith described and ATLANTICO cannot be held responsible for any loss, direct or potential, resulting from its use or contents. The recommendations are for internal use only and may be changed without prior notice. The opinions expressed are the sole responsibility of the authors, reflecting only their views and may not coincide with the position of ATLANTICO in the referred markets. ATLANTICO, or its employees, may hold positions in any asset mentioned in this publication. The reproduction, total or partial, of this publication is allowed, as long as the source is clearly identified.

